

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
MESTRADO EM SAÚDE, SOCIEDADE E AMBIENTE
HARLEY FERNANDES DE ALMEIDA

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUARTEL DO INDAIÁ (MG) E PARQUE
NACIONAL DAS SEMPRE VIVAS: direitos, território e saúde**

Diamantina
2014

HARLEY FERNANDES DE ALMEIDA

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUARTEL DO INDAIÁ (MG) E PARQUE
NACIONAL DAS SEMPRE VIVAS: direitos, territórios e saúde**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Ana Catarina Perez Dias

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Nadja Maria Gomes Murta

Colaboradora: Prof^a Ms. Raquel Mendes Maia

**Diamantina-MG
2014**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618.

A447c	<p>Almeida, Harley Fernandes de Comunidade Quilombola de Quartel do Indaiá (MG) e Parque Nacional das Sempre Vivas: direitos, território e saúde / Harley Fernandes de Almeida. – Diamantina: UFVJM, 2014. 84 p. : il.</p> <p>Orientador: Ana Catarina Perez Dias Coorientador: Nadja Maria Gomes Murta</p> <p>Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde) - Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p> <p>1. Meio ambiente. 2. Quilombolas. 3. Território. 4. Segurança alimentar e nutricional. I. Título II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p> <p style="text-align: right;">CDD 305.896</p>
-------	--

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

HARLEY FERNANDES DE ALMEIDA

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUARTEL DO INDAIÁ (MG) E PARQUE
NACIONAL DAS SEMPRE VIVAS: direitos, territórios e saúde**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Ana Catarina Perez Dias

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Nadja Maria Gomes Murta

Colaboradora: Prof^a Ms. Raquel Mendes Maia

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Catarina Perez Dias

Prof. Dr. Marivaldo Aparecido de Carvalho

Prof. Dr. Américo Braga Júnior

Aprovado em: 23 /01 /2015

Dedico esse trabalho às pessoas da comunidade de Quartel do Indaiá, que me acolheram, me ouviram, se fizeram ouvir e compartilharam comigo suas histórias, suas lutas e suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o Grande Arquiteto do Universo, por iluminar meus passos nessa caminhada.

Aos meus pais, pela amizade, compreensão, calma e segurança que direcionaram meus esforços para o desenvolvimento desse mestrado. Pelo amor dedicado a mim em todos os dias da minha vida, e por nunca terem duvidado do meu potencial, principalmente nos momentos em que eu mesmo duvidei.

À minha companheira, por todo amor, dedicação e principalmente paciência nesse período de produção. Por todo incentivo, ajuda e apoio nos momentos de crises e de alegrias.

Aos meus amados irmãos pelo apoio e carinho.

Agradeço à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) através do Programa de Mestrado em Saúde, Sociedade e Ambiente (SaSA) pela concessão de bolsa sem a qual não seria possível a realização desse trabalho.

Aos professores do SaSA pela generosidade e companheirismo.

À professora Dra. Ana Catarina Perez Dias pela orientação, compreensão, apoio e confiança em todos os momentos.

À professora Dra. Nadja Maria Gomes Murta pela disponibilidade, paciência e atenção.

Aos professores Raquel Mendes Maia, Herton Helder Rocha Pires e Américo Braga Júnior pelas valiosas sugestões e indicações.

Aos participantes da pesquisa, em especial aos moradores da comunidade de Quartel do Indaiá, pelos sorrisos, pela acolhida e pela alegria demonstrada por viver em um espaço tão lindo.

“Louve-se nos mineiros, em primeiro lugar, a sua presença suave (...) ao importuno os mineiros chamam de “entrão”. Não tem arroubos nem arrogâncias nem contam vantagem. Donos de terra tão rica e tão ilustre mostram uma espécie de humildade naquela posse, e ao mesmo tempo uma segurança tranqüila, que não lhes deixa margem para basófiás. Os tesouros deles a gente é que os tem de descobrir; pois na sua discrição, o gosto dos mineiros é fingir que os ignoram”.

Eça de Queiróz

RESUMO

Quartel do Indaiá consta como uma das 220 comunidades quilombolas reconhecidas no estado de Minas Gerais, através do critério de autodefinição, segundo dados da Fundação Cultural Palmares a partir da concepção da ancestralidade, trajetória e relação territorial específica de seus componentes. A compreensão do território como espaço de reprodução cultural, social, religiosa e econômica dessas comunidades no Brasil foi uma bandeira dos movimentos sociais ligados à cultura negra na década de 1980, que buscaram garantia constitucional desse direito. O território, neste contexto, também é considerado um espaço de promoção da saúde para as comunidades que mantêm uma relação de interdependência com o ecossistema em que vivem, principalmente para sua alimentação. A criação do Parque Nacional das Sempre Vivas foi efetivado através do Decreto Presidencial s/n, em 13 de dezembro de 2002, com uma política que visa a proteção integral da natureza da “interferência” antrópica. Assim, as comunidades tradicionais que vivem no entorno foram impedidas de ter acesso às áreas delimitadas, privando-as de suas práticas tradicionais de subsistência. O presente estudo teve como objetivo principal desvelar a relação entre a comunidade de Quartel do Indaiá e o Parque Nacional das Sempre Vivas e a sua influência no modo de vida desta comunidade. A metodologia utilizada foi a análise do conteúdo que possibilitou identificar, através das entrevistas realizadas com moradores da comunidade e com os representantes dos órgãos públicos, pontos que convergiram para a caracterização do conflito socioambiental, com reflexos no seu modo de vida, sua economia e segurança alimentar e nutricional.

Palavras Chave: Meio Ambiente, Quilombolas, Território, Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

Quartel do Indaiá listed as one of the 220 recognized maroon communities in the state of Minas Gerais, through the self-definition criterion, according to the Fundação Cultural Palmares from the design of ancestry, history and specific territorial relationship of its components. Understanding the cultural territory as play space, social, religious and economic of these communities in Brazil was a flag of the social movements linked to black culture in the 80s, who sought constitutional guarantee of this right. The territory in this context is also considered a health promotion space for the communities that maintain an interdependent relationship with the ecosystem in which they live, especially for power. The creation of the National Park of Sempre Vivas was effected through the Presidential Decree s / n, December 13, 2002, with a policy aimed at the full protection of the nature of "interference" anthropic . In this context, the traditional communities living around were prevented from having access to limited areas, depriving them of their traditional subsistence practices. This study aimed to reveal the relationship between the community Quartel do Indaiá and the National Park Sempre Vivas and its influence in the way of life of this community. The methodology used was the content analysis that enabled us to identify, through interviews with community residents and representatives of public agencies, points that converged to characterize the environmental conflict, reflected in their way of life, its economy and its food and nutrition security.

Keywords: Environment, Quilombo, Land, Food Security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Residência (composta por construção de alvenaria e cafua taipa).....	23
Figura 02	Localização das UC em relação à área do PARNA Sempre Vivas e a formação do Mosaico de UC do Espinhaço.....	30
Figura 03	Mosaico de Unidades de Conservação.....	30
Figura 04	Plantação de hortaliças no peridomicílio.....	36
Figura 05	Mapa operativo de Prevenção e Combate aos incêndios.....	59
Figura 06	Moinho d'água comunitário.....	64
Figura 07	Escola Municipal de Quartel do Indaiá.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CF	Constituição Federal
CODECEX	Comissão em Defesa das Comunidades Extrativistas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
FCP	Fundação Cultural Palmares
GESTA	Grupo de Estudos de Temas Ambientais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
NAC	Núcleo de Agroecologia e Campesinato
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PARNA	Parque Nacional das Sempre Vivas
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PNSAN	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
RDS	Reserva Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Nacional
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SECTUR	Secretaria de Cultura Turismo e Patrimônio
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SUPRAN	Superintendência Regional de Regularização Ambiental
TRF	Tribunal Regional Federal
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UC	Unidade de Conservação
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	
2.1	Comunidades Quilombolas no Brasil: o reconhecimento e o direito a terra.....	16
2.2	A Comunidade Quilombola de Quartel do Indaiá.....	21
2.3	Unidades de Conservação Ambiental do Brasil e o Socioambientalismo.....	24
2.4	O Parque Nacional das Sempre Vivas.....	27
2.5	Conflito Ambiental: (In)Segurança Alimentar e Ambiente Saudável.....	32
3	OBJETIVOS.....	39
4	METODOLOGIA.....	40
4.1	Técnica de Análise de Conteúdo.....	41
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	43
5.1	Aspectos da Criação do Parque Nacional das Sempre Vivas.....	45
5.2	A Sobreposição de Territórios.....	54
5.3	Presença do Estado (Poder Público) na relação com a comunidade.....	60
5.4	Saúde e Meio Ambiente: Segurança Alimentar e Nutricional.....	62
5.5	Aspectos da Vida na Comunidade.....	65
5.6	Relação Conflituosa.....	68
5.5	Propostas para Interlocução.....	75
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICES: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	95
	ANEXOS: TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	90

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a disputa de territórios físicos e conceituais entre Estado e as populações tradicionais que historicamente ocupam áreas naturais, foi o mote para a realização da presente pesquisa considerando os direitos e argumentos que amparam de um lado a instituição e de outro a comunidade instituída. Pesquisar a relação entre o Parque Nacional das Sempre Vivas e a comunidade quilombola de Quartel do Indaiá se justifica pela importância e atualidade das questões sobre os direitos fundamentais étnicos e culturais relacionados às comunidades tradicionais em nosso país e a relação, muitas vezes conflituosa, com o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os remanescentes de quilombo¹, apesar de todo seu histórico de lutas e resistência com um papel fundamental na formação de nossa sociedade, têm poucos direitos específicos assegurados em nossa legislação para garantir-lhes a devida manutenção e perpetuação de sua cultura.

O marco regulatório para a população quilombola é artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/88)². Este artigo, regulamentado pelo Decreto 4.887/03, visa a proteção do território ocupado pelos remanescentes de quilombo que se reconhecem como tais, através da titulação de propriedade, com o intuito de garantir a manutenção e reprodução da população, da cultura e do modo de vida.

Analizando essa relação das populações tradicionais com o território, Rinaldo Arruda traz a perspectiva do uso do espaço compartilhado e como meio de subsistência:

¹ “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, como trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” Art. 2º, do Decreto nº. 4.887/03 (BRASIL, 2003).

² ADCT, CF/88, Art. 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

“Apresentam (populações tradicionais) um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. Essas populações – caíçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – em geral ocupam a região há muito tempo, não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (Marinho, 2012 *apud* Arruda, 2000: 274)”.

Neste sentido, a ideia de natureza para a comunidade quilombola em questão, está intrinsecamente relacionada ao seu modo de vida, através da alimentação, das práticas de cura, moradia e subsistência, revelando uma interdependência e respeito ao meio ambiente. Dentro dessa perspectiva, como uma das linhas da pesquisa, analisamos no estudo o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) aliado ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), preconizado pelo art. 6º da Constituição Federal de 1988³, que está associado não só à garantia do acesso diário a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais para a manutenção da saúde, como também às práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis.

Nessa ótica, o autor Diegues (2000) traz a relação das populações tradicionais com o território e o meio ambiente, e a usurpação desse modo de vida pelos conservacionistas⁴ através das unidades de conservação em sua obra “O Mito moderno da natureza intocada”, que serviu como referência para nossa discussão:

A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo onde se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial. Essas comunidades têm também uma representação simbólica desse espaço que lhes fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, os que compõe a estrutura de uma sociedade (relações de parentesco, etc.). (DIEGUES, 2000, pag. 65)

³ BRASIL, 1988.

⁴ A corrente conservacionista ou preservacionista é conceituada na obra de Diegues (2000) a partir da idéia de “wilderness” ou mundo natural/selvagem, “áreas como ambientes naturais semelhantes aos que existiram antes da interferência humana, ecossistemas delicadamente equilibrados que precisam ser preservados para nosso prazer e uso da nossa geração e das futuras”.

A implantação recente do Parque Nacional (PARNA) das Sempre Vivas no entorno do território de Quartel do Indaiá com um modelo de gestão de proteção integral, é um reflexo dessa visão conservacionista. A unidade de conservação (UC) não concebe a presença de pessoas na área delimitada e restringe as atividades humanas no seu entorno.

O capítulo da Constituição Federal referente ao meio ambiente traz, no caput do artigo 225, a norma que pressupõe a garantia do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para a efetividade desse direito, a Constituição, além de impor de forma genérica o dever tanto da coletividade quanto do Poder Público de preservar o meio ambiente, especificou alguns deveres a este último. Dentre eles está o dever de definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos, de alteração e supressão permitidas somente por meio de lei. É o que está disposto no artigo 225, § 1º, inciso III da Constituição⁵. Para regulamentar esse artigo da Constituição, foi criada a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - 9.985/00) que tem como objetivo a regulamentação dos procedimentos de criação, implantação e gestão das unidades de conservação, especificando desde os atos prévios de consulta e levantamentos técnicos, até a gestão através do conselho consultivo.

O presente trabalho discute a ocupação e a imposição de restrições às terras da comunidade quilombola de Quartel do Indaiá pelo Parque Nacional das Sempre Vivas, através da análise da criação e implementação da unidade, utilizando das referências bibliográficas disponíveis sobre o tema e da visão de alguns dos sujeitos que participam dessa relação e que acompanharam os desdobramentos dessa.

Sendo assim, entre as razões que levam a produção deste trabalho está exatamente o desafio de analisar as questões que se apresentaram ao longo da pesquisa, principalmente a partir das entrevistas realizadas com os sujeitos

⁵ BRASIL, 1988. Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

III – definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidos somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

escolhidos para representar os lados da discussão (Parque x Comunidade), com a procura de respostas para perguntas que não encontram solução imediata na literatura, e a possibilidade de contribuir para a discussão sobre os direitos da comunidade quilombola de Quartel do Indaiá através da exposição das questões que afetam essa população na relação com o Parque Nacional das Sempre Vivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: O RECONHECIMENTO E O DIREITO A TERRA

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 (ADCT/88) foi no Brasil um marco para as comunidades quilombolas, que até então não tinham nenhuma referência de sua existência nos textos legais e não usufruíam nenhum direito ou garantia jurídica em sua condição especial.

O artigo 68 da ADCT/88 é, ainda hoje, alvo de diversas discussões sobre a temática quilombola no Brasil. A inclusão desse texto foi uma conquista junto à Assembleia Constituinte de 1988 do Movimento Negro do Rio de Janeiro, que atuava e se fortalecia naquele momento pós-ditadura militar (ARRUTI, 2003). O artigo 68 do ADCT/88 carrega uma amplitude semântica que por um lado, abre possibilidades de interpretações extensivas do direito ali preconizado, e de outro, possibilitou discussões restritivas por parte de grupos economicamente interessados. O texto legal do Art. 68 foi assim definido: “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*”⁶

Segundo Almeida e Pereira (2003), o texto legal do artigo 68 do ADCT/88 ainda suscita discussões sobre o que foi a real intenção do legislador ao criar esta norma. Destacam-se as discussões sobre a terminologia “remanescentes das comunidades de quilombos” que por si, necessitaria de uma definição sob a ótica antropológica. Outro destaque é quanto aos institutos da posse e da propriedade, que o legislador simplificou ao determinar que os remanescentes de comunidades de quilombos, estando na posse de suas terras, lhes seriam reconhecida definitivamente a propriedade, com o dever da emissão do devido título pelo Estado brasileiro. Este último destaque é alvo de diversas ações judiciais e razão de

⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988

conflitos entre mineradoras, parques de reservas do patrimônio natural, latifundiários e as comunidades quilombolas.

O antropólogo, Alfredo Wagner Berno de Almeida, no Seminário Internacional – As minorias e o Direito, afirmou que a primeira definição de uma comunidade quilombola data de 1740, quando o Rei de Portugal fez uma consulta ao Conselho Ultramarino sobre o que seria um quilombo, e assim o Conselho instruiu o documento enviado ao Rei: “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele.” (DE ALMEIDA e PEREIRA, 2003). Segundo os mesmos autores, nessa curta definição é possível identificar conceitos que serviram de base histórica para o entendimento sobre essas comunidades durante muito tempo. A associação do quilombo com a fuga, o elemento da quantidade de escravos reunidos em um determinado local para se definir como um quilombo e a localização geográfica a partir da expressão “em parte despovoada” levam a um entendimento de isolamento das comunidades e finalmente a uma relação precariedade e transitoriedade, quando se faz referência aos “ranchos” e aos “pilões”.

Essa noção de quilombo foi utilizada até o início dos anos 90, quando um pesquisador da Fundação Cultural Palmares, informou, através da grande imprensa que o órgão teria uma definição para quilombo que serviria como base para os estudos futuros, especificando que, os quilombos seriam “sítios historicamente ocupados por negros” que fosse encontrado neles “resíduos arqueológicos” e com “conteúdos etnográficos e culturais”. Entretanto esse conceito perdeu seu sentido, com as primeiras visitas técnicas realizadas por arqueólogos e arquitetos às comunidades, percebendo um claro confronto entre o “aspecto de patrimônio histórico e as demandas apresentadas pelos grupos atuais”. (ARRUTI, 2003)

No mesmo sentido, Murta (2013) destaca em sua tese que:

Vale ressaltar que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) teve um papel importante no processo da ressemantização do termo. No documento elaborado, em 1994, pelo Grupo de Trabalho da ABA sobre Terra de Quilombo, os autores ampliam a sua concepção passando o quilombo a representar – uma comunidade que desenvolveu práticas de resistência para a manutenção e reprodução de seu modo de vida característico. (pag.80)

Fazendo referência também ao Grupo de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia em 1994, O'Dwyer (2002) destaca:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. [...] No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (p.18)

A ressemantização do termo “quilombo” foi aplicada pelo Poder Executivo Federal, através do Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou, após 15 anos, o artigo 68 do ADCT/88, passando a utilizar a denominação “remanescentes de quilombo”. O Decreto determinou como competência da Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, a certificação das comunidades quilombolas através de um critério de autodefinição, a partir da concepção da ancestralidade, trajetória e relação territorial específica de seus componentes. A terminologia “comunidade dos quilombos” ou “comunidade quilombola” foi definida no artigo 2º, do Decreto nº. 4.887/03⁷, como:

“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, como trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares – FCP (2014), atualmente existem aproximadamente 220 comunidades de remanescentes de quilombos certificadas através do critério de autorreconhecimento (autodefinição) no Estado de Minas Gerais e em torno de 2.174 no restante dos Estados brasileiros.

⁷ BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Murta (2013) ressalta que a expedição da certidão de autodefinição é o primeiro passo de um complexo procedimento administrativo, que realiza, após a identificação e reconhecimento, a identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A Instrução Normativa nº 57/09 do INCRA, em seus artigos 9º e 10, determina que após a emissão dessa certidão inicia-se a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e, posteriormente, os demais trâmites que poderão levar à titulação da terra. O RTID tem por objetivo o levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas. Sua elaboração é de responsabilidade das Superintendências Regionais do INCRA em parceria com antropólogos de instituições de ensino superior e outras, e com a participação dos moradores das comunidades. Antes, porém, existe um procedimento de regularização fundiária da área a ser titulada, através da desintrusão do território, onde as posses que porventura estiverem inseridas no perímetro delimitado pela comunidade são indenizadas, se de boa fé, ou retiradas por determinação legal, no caso de invasão.⁸

Para a realização desses procedimentos, segundo Santilli (2005), não há ônus financeiro para as comunidades. Os títulos são emitidos em nome da coletividade e é indiviso, ou seja, o território titulado – que já não era desmembrado – continua não podendo sê-lo posteriormente. Tal medida se dá em proveito da manutenção desse território para as futuras gerações. É uma terra que uma vez reconhecida, não será vendida quer na sua totalidade, quer aos pedaços. Há a obrigatoriedade da inserção de uma cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade no título, o qual deverá ser registrado junto ao Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de localização do território.

⁸ BRASIL. Instrução Normativa INCRA No. 57, de 20 de outubro de 2009. “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003”. Brasília: MDA/INCRA, 2011.

O território no contexto da legislação é concebido a partir da relação que essas comunidades partilham com a terra em que vivem e que reproduzem suas práticas e conhecimentos tradicionais, como base para a implementação de alternativas de desenvolvimento, como garantia à sua reprodução física, social e cultural. De acordo com Santilli (2005), o território deve ser compreendido pela ótica da reprodução dessas formas diferenciadas de apropriação do espaço territorial pelas comunidades, não guardando ligação com o tempo, mas sim com os costumes e tradições desses povos, através da ocupação coletiva do espaço e da gestão compartilhada dos recursos naturais.

Diegues (2001) aponta que o conhecimento acumulado de grande parte das práticas tradicionais de manejo é transmitido através das gerações, de forma oral, e que a noção de território é uma das mais importantes características que marcam esses grupos tradicionais. O território ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data.

A demarcação do território a ser titulado, ou seja, a definição dos limites territoriais da comunidade segue as indicações dos próprios moradores através de referências de utilização tradicional do espaço e são complementadas por levantamentos técnicos e relatórios antropológicos (BRASIL, 2009). Tal procedimento costumeiramente esbarra em interesses de proprietários de terras, mineradoras, unidades de conservação, entre outros, que por vezes sobrepõe esses territórios tradicionais, impondo barreiras à sua concretização.

De acordo com o relatório publicado no site INCRA, do ano de 2003 até o ano de 2014, foram abertos 1.281 processos de titulação de terras de remanescentes de quilombo, sendo emitidos 171 títulos, regularizando 1.008.947,6181 hectares em benefício de 129 territórios, 218 comunidades e 13.087 famílias quilombolas.⁹

⁹http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/titulos_expedidos.pdf

2.2 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUARTEL DO INDAIÁ

A comunidade quilombola de Quartel do Indaiá está localizada próxima a São João da Chapada, distrito da cidade de Diamantina, Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais, na microbacia do Rio Caeté-Mirim, afluente da margem esquerda do Rio Jequitinhonha e está a 49 quilômetros da sede do município, com área total de 293, 5589 hectares (Murta, 2013).

A região é conhecida como um dos principais centros de extração de ouro e diamantes no século XVIII no Brasil, e consequentemente com extenso histórico de exploração do trabalho escravo dos negros. Segundo dados do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, a atividade econômica mais antiga desenvolvida pela comunidade de Quartel é o garimpo do diamante. Nos relatos que constam na obra, os moradores fazem referência à atividade garimpeira que era realizada na região, que com o passar do tempo tornou-se inviável por ser um “trabalho penoso e de pouco retorno” e que os mais velhos já não têm forças para atuar na atividade (CEDEFES, 2008).

Com relação à produção agrícola, o mencionado Centro de Documentação, cita que “antes a comunidade vivia de plantação, principalmente do feijão, milho, cana e mandioca.” Hoje, há apenas o cultivo de subsistência feito pela maioria das famílias nas proximidades de suas próprias casas. As lavouras incluem folhosos (couve, alface, cebolinha), café e árvores frutíferas (limão, laranja, banana). A criação de galinhas é a mais comum no quilombo. Há também porcos e vacas, mas a criação é reduzida e não atende à finalidade comercial. Esses dados são confirmados pelos levantamentos por nós realizados na comunidade durante a pesquisa, no ano de 2014, conforme retratado na discussão dos resultados.

Machado Filho (1985) escreveu sobre a comunidade em meados da década de 30 do século passado, na sua obra “O negro e o garimpo em Minas Gerais”, editada pela primeira vez em 1943, caracterizando-a pelos inúmeros coqueiros de Indaiá, que além de dar nome ao local, serviam com suas palmas para cobrir as casas dos quilombolas, chamadas de cafuas, descritas como “casas retangulares,

de paredes de barro e cobertas de colmo”. Este autor classificou a população como “ariska e afastada”, que procurou um lugar sossegado para se instalar e reproduzir seus costumes. Na mesma obra, há menções a atividade garimpeira e ao canto dos “vissungos” como prática cultural e social daqueles moradores, seguindo a tradição dos negros fugidos que se instalaram no local para formar a comunidade.

O canto dos “vissungos” tornou-se fonte de interesse de pesquisadores que estudam as referências africanas no Brasil, situando Quartel do Indaiá como uma das poucas comunidades de remanescentes de quilombos que ainda mantém viva essa prática social, conforme constatou a pesquisadora Nascimento (2003:04). A palavra “vissungo”, segundo menciona a mesma autora, se origina de “ocisungo”, que significa “hino” e tem sua forma no plural como “ovissungo”, entendido como um canto rememora a atividade do garimpo e as cerimônias fúnebres pelos antepassados:

“Os vissungos que eram cantados durante práticas sociais, são de herança africana e foram incorporados ao cotidiano da escravidão, em que eram entoados para aliviar os momentos extremamente árduos da mineração e dos funerais. Essas práticas sociais se caracterizam pela sistematização dos cantos que, além de terem uma forma definida, eram praticados de uma maneira ritualística, com sua execução sempre de acordo com o evento a que se destinava. Os cantos encontrados hoje, apesar de serem diferentes nas duas localidades em estudo, remetem às mesmas práticas, a saber: cantos de trabalho, de multa e de enterro. Os cantos de trabalho são de conhecimento dos cantadores do Quartel do Indaiá. Eles se lembram de cantá-los durante os trabalhos de mineração quando era preciso carregar a roda para secar a água. Os cantos de multa eram entoados quando algum “freguês” (termo usado nas localidades mencionadas para se referir a qualquer pessoa que não pertencia ao grupo – provavelmente pessoa que vinha da freguesia) se aproximava e cruzava o terreno em que estavam trabalhando. Era uma espécie de cobrança de pedágio por deixar o freguês passar pelo local de trabalho dos escravos.”

A difusão da prática do canto dos “vissungos” em Quartel, fez com que a comunidade viesse a ser conhecida internacionalmente através do documentário “Terra deu, terra come”, filmado entre 2009 e 2010 e que recebeu diversos prêmios em festivais no Brasil e no mundo. O documentário foi produzido e dirigido por Rodrigo Siqueira e que teve como protagonista o senhor Pedro de Alexina, morador de 81 anos à época, que reproduziu uma cerimônia fúnebre de um personagem fictício, enquanto entoava os “vissungos”.¹⁰

¹⁰ TERRA Deu Terra Come. Produção: Rodrigo Siqueira e Tayla Tzirulnk. São Paulo: VideoFilmes, 2010. 1 DVD.

Também sobre a comunidade, Ferreira (2008) escreveu sobre a educação formal e informal em Quartel do Indaiá e outras duas comunidades quilombolas, tratando sobre a transmissão dos saberes tradicionais, ressaltando os “vissungos” em um capítulo no livro organizado por Braga et. al. (2008), denominado: “Trocar saberes e repensar a escola nas comunidades negras do Ausente, Baú e Quartel do Indaiá”.

A descrição feita por Machado Filho (1985) sobre as residências de Quartel do Indaiá foi alterada com o passar do tempo e hoje a paisagem da comunidade é composta por casas de alvenaria com quintais amplos, e as “cafuas”, que antes serviam de moradia, foram mantidas nos fundos do terreno, como extensão do lar, ou utilizadas para armazenar produtos em geral.



Figura 1: Residência composta por construção de alvenaria, e cafua (taipa) coberta por folhas da palmeira Indaiá. Fonte: Acervo pesquisador.

Segundo os moradores de Quartel, comunidade é dividida nominalmente em porções territoriais, como se fossem bairros onde existem moradias mais isoladas do núcleo central. As áreas são denominadas como: Dois tostões, Campo dos casados,

Siriaco ou Cristal, Cachoeira, Quartel (área central) e Cafunil, compondo o “mosaico” do território da comunidade.

2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO BRASIL E O SOCIOAMBIENTALISMO

O início de uma “consciência” de proteção ambiental no Brasil surgiu a partir da crítica reacionária ao modelo de exploração colonial, evidenciada nos latifúndios, no escravismo e na monocultura, que promoveu uma intensa devastação ambiental nos séculos XVIII e XIX. No período compreendido entre 1920 e 1970, ocorreram significantes iniciativas preservacionistas no país, a partir da criação do primeiro parque nacional brasileiro no ano 1937, em uma área entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, denominado Itatiaia, seguido dos PARNAS do Iguaçu no Paraná em 1939 e da Serra dos Órgãos, também 1939 (SANTILLI, 2005).

Essa expansão de áreas de preservação ambiental no Brasil, segundo Diegues (2001), surge a partir do modelo americano de preservação ambiental do início do século XIX, que tem como principal referência a criação do primeiro parque nacional do mundo, o de *Yellowstone* em 1872. O conceito utilizado pelos “preservacionistas”¹¹ da época serve como base para o que se define como Unidades de Proteção Integral, ou seja, as áreas a serem preservadas têm uma importância estética, intocada, através de uma visão ocidental e urbana, que não vislumbra o ser humano como parte da natureza, mas sim, superior a ela. A natureza nessa visão antropocentrista, segundo o mesmo autor, propõe uma dicotomia homem x natureza, entendendo o meio ambiente simplesmente como fonte de recursos.

¹¹ Diegues (2001) descreve a corrente preservacionista como: “a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.”

No campo da legislação, temos como referência das primeiras leis ambientais no país, o Código de Águas (Decreto nº 24.643/34)¹² e a primeira versão do Código Florestal (Decreto nº 23.793/34)¹³. Além dos decretos mencionados, outras legislações esparsas foram criadas para regulamentar questões pontuais sobre o meio ambiente. Santilli (2005) menciona que:

“Até então as leis tratavam os bens ambientais de forma isolada e desarticulada – águas, floresta, fauna – cada recurso ambiental era regulado em um instrumento jurídico separado: Código de águas, Código Florestal, Lei de Proteção à Fauna, etc., e não havia um instrumento jurídico que considerasse a política ambiental como um todo articulado e sistêmico.” (fls.28 e 29)

Em 1981, foi editada a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, que quebrou essa lógica desarticulada das leis e decretos, passando a compreender os recursos ambientais como um único sistema (BRASIL, 1981).

Uma característica presente no contexto das legislações desse período é a mote conservacionista, citado por Diegues (2001), pensado a partir da proteção do ecossistema isolado da relação com o ser humano.

Na contramão dos conceitos conservacionistas que permeavam as definições sobre o meio ambiente no país, segundo Platiau et al. (2005), surgiu em meados da década de 80, no período da redemocratização do Brasil, um movimento apoiado nas idéias propostas na publicação do relatório das Nações Unidas em 1987, conhecido como “Relatório Brundtland”, com o conceito de um “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.” O movimento foi caracterizado como “socioambientalista”.

O socioambientalismo no Brasil, de acordo com Santilli (2005), nasceu na segunda metade dos anos 80, ficando registrado na Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, que ficou

¹² BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2014.

¹³ BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Decreta o Código Florestal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2014.

conhecido como Eco-92, passando a influenciar a edição de normas legais. O socioambientalismo é um conceito construído na ideia de que as políticas públicas ambientais devem envolver as comunidades locais, que detêm conhecimentos e práticas de manejo ambiental, promovendo não somente a sustentabilidade estritamente ambiental, mas também a sustentabilidade social, e assim a redução da pobreza e das desigualdades sociais. As áreas de preservação ambiental, no contexto do socioambientalismo, devem considerar a coexistência e a inter-relação com as comunidades que vivem no entorno, ou no interior dessas áreas, permitindo uma gestão participativa e uma utilização justa dos recursos naturais, por aqueles que dependem desses para sobreviver.

Uma das indicações da presença do conceito do socioambientalismo é encontrada na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - 9.985/00), no artigo 4º, quando no seu texto destaca a “proteção aos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando sua cultura e promovendo-as social e economicamente”.

A Lei do SNUC é um marco para as UCs, regulamentando o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal de 1988, que especifica o direito de todos a um ambiente ecologicamente equilibrado, incumbindo ao Poder Público o dever de zelar por ele, garantindo sua efetividade através da definição de áreas conservação, entre outras ações de preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

É no art. 225 que se encontra o núcleo principal da proteção do meio ambiente na Constituição de 1988. Cuida-se de um dispositivo que pela sua complexidade, certamente merece estudo muito mais aprofundado do que aquele que aqui nos propomos a desenvolver. Mas com destaque, ressaltamos o ensinamento de Silva (2007), que traduz a concepção socioambiental deste artigo:

“O ser humano é também parte da Natureza. A proteção, preservação e conservação desta são feitas em função daquele. O fim da proteção do meio ambiente não é a proteção, mas porque, na concepção constitucional, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida.”

O direito ao meio ambiente equilibrado encontra-se incluído no rol dos direitos fundamentais, que são aqueles que o ordenamento jurídico qualifica como tais, ou

seja, aqueles que foram reconhecidos pela ordem constitucional de um país. Essa noção de direito fundamental compreende além dos componentes jurídicos, pressupostos éticos (BONAVIDES, 2010). Assim, a consagração do direito fundamental ao meio ambiente, no art. 225 da Constituição Federal de 1988, tem um duplo significado: a) em primeiro lugar afirma o valor do meio ambiente para assegurar a dignidade humana¹⁴. O fundamento da constitucionalização do direito ao meio ambiente é a própria dignidade da pessoa humana, das gerações presentes e futuras; b) em segundo lugar, o direito ao meio ambiente é transformado em norma constitutiva fundamental da ordem jurídica, meio necessário para que o indivíduo e a coletividade, ambos possam desenvolver todas as suas potencialidades e enfim, para que a vida social¹⁵.

O objeto principal da lei do SNUC é a regulamentação dos procedimentos de criação, implantação e gestão das UCs, especificando desde os atos prévios de consulta e levantamentos técnicos, até a gestão através do conselho consultivo.

2.4 O PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE VIVAS

O Parque Nacional das Sempre Vivas é uma unidade de proteção integral que foi criada pelo Decreto Lei s/n, datado de 13 de dezembro de 2002. O Decreto especifica a área do parque através do memorial descritivo, com as áreas limítrofes, totalizando aproximadamente 124 mil hectares (ha), abrangendo os municípios de Olhos D água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina, no estado de Minas Gerais. (Brasil, 2002)

Os Parques Nacionais são definidos pela Lei do SNUC (9.985/2000):

“Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de

¹⁴ Art. 1º, III da Constituição Federal do Brasil de 1988. BRASIL, 1988.

¹⁵ BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.”

Antes da definição da área total do PARNA Sempre Vivas, a demanda inicial era para a criação de uma Unidade de Conservação (UC) na região do Inhaí, município de Diamantina/MG, onde foram realizados estudos e visitas a campo, que levantaram dados secundários por consultores contratados pelo IBAMA, que apontaram para a criação de um parque com área de aproximadamente 50 mil hectares. (MONTEIRO, 2011)

Durante nossa pesquisa, tivemos acesso à documentação que compõe o processo de criação do PARNA Sempre Vivas, no escritório do ICMBio em Diamantina/MG, onde pudemos verificar que a ampliação da área de 50 mil, para 124 mil hectares surgiu após o aprofundamento das avaliações sobre o PARNA do Inhaí, com a justificativa pelos técnicos contratados pelo IBAMA, da necessidade de uma área maior do que a proposta para a preservação de duas espécies de felinos identificadas nos estudos, o *Puma Concolor* e a *Panthera Onca*. Além dessa justificativa, a existência de duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) ¹⁶ nas proximidades da área proposta para o PARNA Inhaí, foi essencial para a definição da ampliação.

Ressaltamos que todo o procedimento para a criação do PARNA Sempre Vivas (entre 2001 e 2002) ocorreu sob a vigência da Lei do SNUC, sancionada no ano 2000, mas que segundo Monteiro (2011), não foi balizado pelos ditames desta legislação, desconsiderando os requisitos exigidos para a implementação da UC, principalmente no que se refere a consulta pública:

“Embora o PARNA Sempre Vivas tenha sido criado após o SNUC (2000), as exigências legais foram insuficientes para evitar o uso de mecanismos de imposição da criação de parques, à revelia dos sujeitos que dependem diretamente dos recursos territorializados para sua sobrevivência. Como demonstrado, as exigências legais de consulta pública não foram cumpridas pelo órgão responsável na criação do parque em questão, perpetuando-se uma prática institucional consolidada anteriormente pelo IBDF e continuada pelo IBAMA.” (fls.186)

¹⁶ Segundo informações do ICMBio: As RPPN são Unidades de Conservação instituídas em áreas privadas, gravadas com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica ali existente. Com isso, tem-se o engajamento do cidadão na proteção dos ecossistemas brasileiros, dando-lhe incentivo à sua criação, como isenção de impostos.

A menção pela autora ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) remete a autarquia que era vinculada ao Ministério da Agricultura, criada em 1967 (período da Ditadura Militar), responsável pela criação e gestão de UC federais no Brasil antes de 1989 quando foi instituído o IBAMA. O processo de criação de UC antes da edição do SNUC não possuía exigências de realização de consultas públicas e, portanto, a implementação das áreas de preservação seguiam o padrão de imposição, mote do Governo Militar.

No período compreendido entre os anos de 2002 e 2007, o IBAMA era o órgão responsável pela gestão do PARNA Sempre Vivas, porém, em 28 de agosto de 2007, parte do sistema foi separado do órgão, dando origem ao ICMBio, através da Lei 11.516/07.

Tanto o IBAMA quanto o ICMBio são autarquias vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente e integram o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). O IBAMA é responsável pela fiscalização e licenciamento ambiental em âmbito federal, enquanto o ICMBio é responsável pela gestão das unidades de conservação federais - como Parques Nacionais, Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, entre outras - atuando também na fiscalização e licenciamento apenas dentro destes territórios.

Ressaltamos que o município de Diamantina já era, na época, circundado por diversas UCs estaduais e municipais, além das RPPN, que facilitaram o acesso a informações técnicas relativas ao ecossistema local, através dos órgãos de proteção ambiental existente¹⁷. Essas unidades foram incluídas posteriormente, juntamente com o PARNA Sempre Vivas, através de uma Portaria de nº 444/10 do Ministério do Meio Ambiente, como integrantes do Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral.

Segundo dados do ICMBio, já existiam à época, os seguintes parques estaduais e áreas de proteção ambiental na região de Diamantina/MG, no Alto Jequitinhonha:

¹⁷ As unidades de conservação estaduais são administradas pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF e áreas de proteção na esfera municipal, pelo poder executivo municipal.

ESFERA ESTADUAL	ESFERA MUNICIPAL
<ul style="list-style-type: none"> • Parque Estadual da Serra do Cabral • Parque Estadual do Biribiri • Parque Estadual do Rio Preto • Parque Estadual do Pico do Itambé • Parque Estadual da Serra Negra • Estação Ecológica Mata dos Ausentes • Área de Proteção Ambiental Água das Vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Área de Proteção Ambiental - APA Felício dos Santos • Área de Proteção Ambiental - APA Rio Manso

Figura 2 - Localização das UC em relação à área do PARNA Sempre Vivas e a formação do Mosaico de UC do Espinhaço

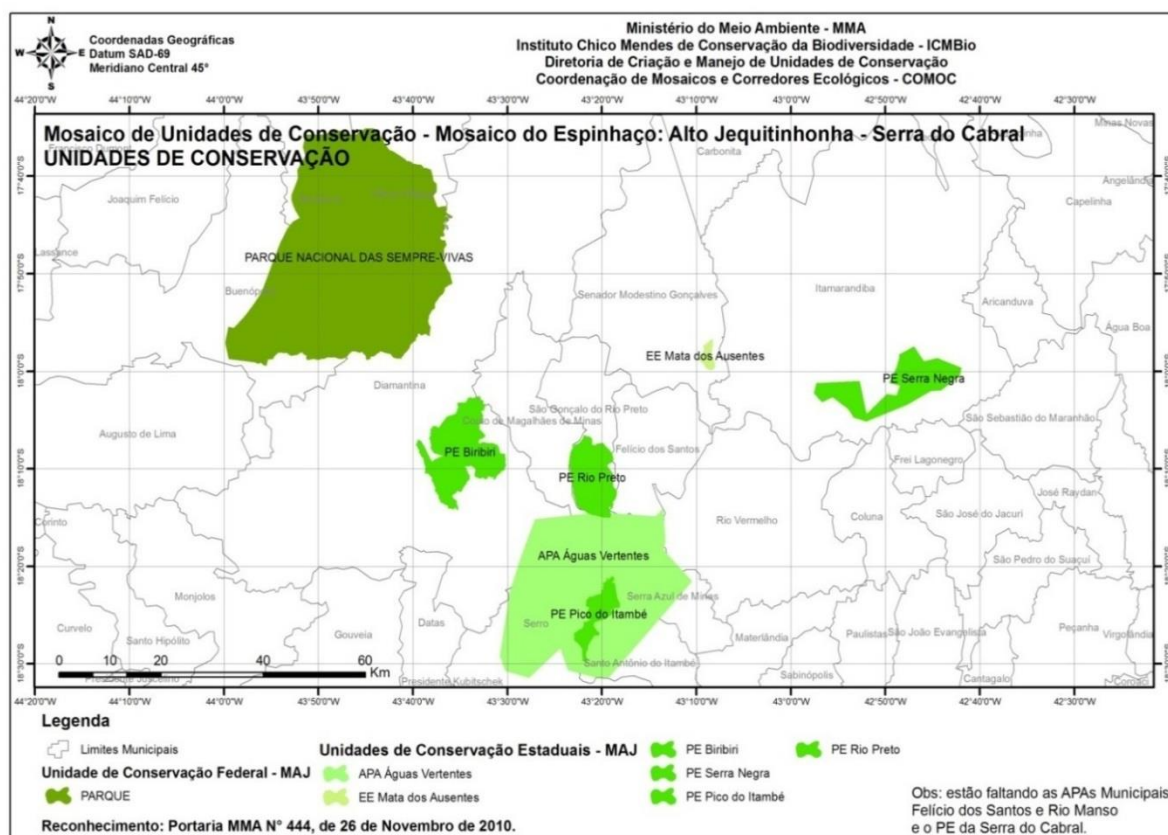


Figura 3: Mosaico de Unidades de Conservação – Mosaico do Espinhaço MG - Fonte: Site oficial do ICMBio - www.icmbio.gov.br

Um ponto relevante da região do Mosaico do Espinhaço é justamente a presença marcante de comunidades rurais e tradicionais¹⁸, e especialmente de comunidades quilombolas, que utilizam dos recursos naturais disponíveis para sobrevivência.

Somente no município de Diamantina, onde estão localizadas: o PARNA Sempre Vivas, o Parque Estadual do Biribiri, a APA das Águas Vertentes e o Parque Estadual do Pico do Itambé, existem três comunidades que reconhecem como quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares: Quartel do Indaiá, Vargem do Inhaí e Mata dos Crioulos; No município do Serro, aproximadamente 80 km de Diamantina, onde a APA das Águas Vertentes e o Parque Estadual do Pico do Itambé possuem sua maior porção territorial, existem cinco comunidades de remanescentes de quilombos certificadas, com suas áreas sobrepostas por essas unidades.

O art. 42 da Lei do SNUC prevê o reassentamento de “populações tradicionais” residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida (reservas biológicas, estações ecológicas e parques nacionais) e a sua compensação ou indenização pelas benfeitorias existentes. Ocorre que a sobreposição ou superposição de territórios de comunidades quilombolas deve ser analisada de forma diferente, considerando o *status* de proteção constitucional que lhes ampara, não permitindo a remoção, nem mesmo no caso de indenização ou reassentamento.

Santilli (2005) defende que:

“[...] a criação de unidades de conservação com limites superpostos aos dos territórios dos quilombolas só é legalmente possível quando se trata de categoria de unidade de conservação que não restringe ou limita as atividades tradicionais desenvolvidas pelos quilombolas, como caça, pesca, roças e extrativismo”

As UC que permitem atividades nos seus limites, segundo os termos da Lei do SNUC, são as Unidades de Uso Sustentável, comumente representadas pelas

¹⁸ Segundo o art. 3º, I, da Lei 6040/07: “Povos e Comunidades Tradicionais: são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

Reservas Extrativistas (RESEX)¹⁹ e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)²⁰.

A mesma autora faz uma afirmação mais contundente sobre a sobreposição de territórios quilombolas por UC de proteção integral:

“Os atos de criação pelo poder público de unidades de conservação de proteção integral incidentes sobre territórios dos quilombolas sem o cumprimento das referidas condições padecem do vício da nulidade absoluta e não produzem efeitos jurídicos.” (SANTILLI, 2005:180)

O PARNA Sempre Vivas é um UC de proteção integral, que conceitualmente pressupõe a delimitação de uma área que não permite a presença humana, ou seja, o ecossistema é preservado em sua constituição, fauna e flora, excluindo presença de seres humanos (art.2º, VI, Lei 9985/00).

2.5 CONFLITO AMBIENTAL: (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E AMBIENTE SAUDÁVEL

Tendo em vista o até então exposto, no que se refere à comunidade quilombola de Quartel do Indaiá, estudos apontam, a existência de situações de conflitos, surgidas a partir da implantação do PARNA Sempre Vivas na região. (MONTEIRO, 2011; MURTA, 2013)

O GESTA/UFG, conforme definição própria é um grupo de estudos que desenvolve desde o ano 2001 “pesquisa, ensino e extensão dedicados a compreensão dos conflitos inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território vigentes em nossa sociedade.” O grupo

¹⁹ Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Lei no 9.985/2000)

²⁰ Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (Lei no 9.985/2000)

realiza um projeto iniciado no ano de 2007, em parceria com duas outras Universidades (Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ e Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES), realizando um mapeamento qualitativo dos conflitos ambientais em Minas Gerais ocorridos entre os anos de 2000 a 2010, a partir da identificação, caracterização e classificação dos casos de violação do direito humano ao meio ambiente, a partir da existência de denúncias institucionalizadas e/ou manifestação de sujeitos sociais.²¹

O portal Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais²², criado pelo GESTA/UFGM (2012), identificou um conflito entre o PARNA Sempre Vivas e as comunidades do seu entorno, destacando a proibição da coleta de sempre-vivas, da agricultura doméstica nas áreas próximas ao Parque Nacional e da fiscalização truculenta promovida pelos servidores do Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade (ICMBio) no período compreendido entre 2007/2010. Entre os atores envolvidos, está a comunidade quilombola de Quartel do Indaiá, a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX), além do IBAMA, o ICMBio e as demais comunidades situadas no entorno do Parque. O conflito foi denominado como “Movimento dos atingidos pelo PARNA Sempre Vivas”.

Segundo relatado na ficha técnica²³, o conflito foi identificado pelo GESTA/UFGM através de uma Oficina de Cidadania e Justiça Ambiental realizada em Diamantina em janeiro 2010, onde foi sugerida a criação de uma comissão para que houvesse mais comunicação e troca de informações entre as comunidades atingidas pela implantação do Parque Nacional das Sempre-Vivas e de outros parques na região (Parque Estadual do Rio Preto e Parque Estadual do Pico do Itambé), além de conferir maior visibilidade a essas comunidades.

Nesse contexto, em março de 2010 foi criado a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX), sendo proposta no ato formação, a solicitação de audiência pública no Ministério Público Federal (MPF) para que fossem apresentadas as denúncias dos moradores das comunidades

²¹ www.conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br

²² Idem.

²³ <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=259>

relativas ao PARNA Sempre Vivas. Em abril do mesmo ano foi realizada a audiência no MPF Lagoa Santa/MG, da qual decorreu a abertura de um Processo Administrativo Contencioso (PAC 1.22.011.000055/2010-58).

As questões que insurgem na pesquisa como “conflitos”, são entendidas a partir da conceituação de Durkheim, citada na obra de Platiau et al. (2005), como formas emergentes de uma sociedade (industrial-urbana) em plena constituição e por Weber, na mesma obra, como formas de interação de atores dotados intencionalidade, na medida em que a atividade de cada indivíduo é orientada pela intenção de fazer triunfar a sua própria vontade contra a resistência dos parceiros.

Nesse contexto, há uma questão intrinsecamente relacionada aos conflitos e à própria existência e reprodução da comunidade de Quartel do Indaiá, ou seja, observada as informações dadas, questionamos, também, a relação dos conflitos existentes com o comprometimento do direito ao meio ambiente que propicie uma qualidade de vida e, conseqüentemente do direito humano à alimentação adequada.

O núcleo da comunidade de Quartel do Indaiá está localizada a aproximadamente 03 (três) quilômetros da área limite do PARNA Sempre Vivas, o que caracteriza sua localização dentro da zona de amortecimento da unidade de conservação, assim definida pela Lei 9.965/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;

Apesar do PARNA Sempre Vivas ainda não possuir um plano de manejo que defina as restrições relativas à zona de amortecimento, a legislação pertinente ao tema já é bastante proibitiva, impedindo que algumas práticas enraizadas na cultura das comunidades tradicionais se mantenham e conseqüentemente se reproduzam, conflitando com os direitos garantidos pela legislação que as protege.

Nesse sentido, Murta (2013) traz referências em sua tese, no capítulo: “Quartel do Indaiá: alimentação e meio ambiente”, sobre a produção de alimentos na

comunidade, evidenciando a alteração do modo de vida dos moradores com proibições das atividades, a partir da criação do PARNA Sempre Vivas:

“Silenciados, os habitantes de Quartel do Indaiá, ao utilizarem o espaço/território que sempre garantiu a manutenção de suas famílias (plantio de roças, extrativismo vegetal: lenha, alimentos não convencionais, sementes, folhas e flores para a venda, dentre outras), passaram a ser vistos como infratores. A atividade garimpeira reconhecida ao longo da história como uma das principais atividades do diamantinense tem sido motivo de várias multas. Destacamos que, até a criação do PARNA Sempre-Viva, esta atividade era a principal forma de obtenção de trabalho e renda na comunidade e na região.” (Pags. 93 e 94)

A mesma autora identifica em sua obra a produção agrícola (agricultura familiar) e a criação de animais em Quartel do Indaiá, destacando não somente o plantio e as pastagens nas proximidades das casas, mas também a produção em áreas localizadas fora do peridomicílio, denominadas “roças”, com até 7 km de distância, demonstrando a ampla utilização do território:

“[...]verificamos que do total das 25 famílias, 08 (32%) tinham áreas de plantios localizadas fora do peridomicílio (roças). A distância média entre o domicílio e a roça foi de 04,8 km (variando de 02 a 07 km), sendo encontrados os seguintes cultivos e respectiva produção – esta estimada pelos próprios agricultores: batata-doce (100kg/ano), cana (não estimado), feijão (800kg/ano), mandioca (600kg/ano) e milho (1540kg/ano). Destacamos que tanto a produção de cana, como a de milho era destinada, principalmente, para a alimentação das criações. Das 08 famílias, 04 também utilizavam essas áreas para a criação de bovinos de leite (78 cabeças – variando de 04 a 35 por família), sendo o leite utilizado para a confecção de queijo e requeijão vendidos na localidade ou no distrito de São João da Chapada.” (Pags. 108 e 109)

Na figura 4 é possível observar uma área de cultivo de hortaliças no quintal de uma residência na comunidade de Quartel, onde a palha do coqueiro Indaiá é utilizada para bloquear a incidência direta da luz solar.



Figura 4: Plantação de hortaliças no peridomicílio. Fonte: Acervo do pesquisador.

Um das referências legais sobre direitos dos quilombolas a proteção de seus usos e costumes, é o Estatuto da Igualdade Racial, editado em julho de 2010 pela lei 12.288, trazendo alguns dispositivos que garantem a manutenção dessas práticas e o tratamento diferenciado em relação as atividades produtivas, vejamos:

“Art. 18. É assegurado aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, sob a proteção do Estado.

Art. 33. Para fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.”

Predecessor do Estatuto da Igualdade Racial, o Programa Brasil Quilombola (PBQ)²⁴, lançado em março de 2004 pelo Governo Federal, a partir do Decreto 4.887/03, foi coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), como uma política de Estado, visando garantir através

²⁴ BRASIL. Programa Brasil Quilombola, 2005. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/seppir/quilombolas/programas/brasilquilombolas/programas/brasilquilombola.2004.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

previsões orçamentárias nos Planos Plurianuais, políticas públicas para o desenvolvimento sustentável das comunidades de remanescentes de quilombos. O Programa foi delineado a partir do estabelecimento de quatro eixos de atuação: regularização fundiária, infraestrutura e serviços, desenvolvimento econômico e social, controle e participação social. Nesse sentido, os quilombolas passaram a ter a possibilidade de acessar programas nas áreas da saúde, educação, desenvolvimento social, infraestrutura e outros. Como destaque do Programa, temos a referência à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no item 5.4:

“Garantir a todos, condições de acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis.

a) Acesso à alimentação

Formular e implementar ações para superação da pobreza e da miséria em atendimento às demandas emergenciais e estruturais do Programa Fome Zero.

b) Melhoria das condições socioeconômicas

Enfoque em assistência social, ações afirmativas, educação e geração de emprego e renda.”

E à Saúde no item 5.6:

“Devido às condições precárias de vida e a constante violência física e psicológica a que está submetida a maioria da população negra, é necessário o desenvolvimento de programas específicos que garantam seu bem-estar físico, psicológico e social, além da indispensável qualidade do sistema de saúde.”

Aliado a SAN, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)²⁵, garantido pelo art. 6º, da Constituição Federal de 1988, está associado não só à garantia do acesso diário a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais para a manutenção da saúde, como também está relacionada ao direito de acesso aos recursos e meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis que respeite os hábitos e a cultura inerente do ser humano.

Na esteira dessa compreensão, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015 (PNSAN) determina dentre seus objetivos, a política nacional de saúde integral da população negra, que especifica no parágrafo único do

²⁵ CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (CONSEA). A Segurança Alimentar e Nutricional e o direito à alimentação adequada no Brasil: Indicadores e monitoramento, da constituição de 1998 aos dias atuais. Brasília, 2010.

art. 8º, que os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

3 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar e desvelar a relação entre a comunidade de Quartel do Indaiá e o Parque Nacional das Sempre Vivas e sua influência na vida desta comunidade.

Objetivos Específicos

Identificar, através das narrativas dos moradores, lideranças locais, gestores do PARNA Sempre Vivas e dos representantes dos órgãos públicos envolvidos, se há problemas advindos da criação/implementação do parque em relação à comunidade quilombola de Quartel do Indaiá.

Contribuir para a discussão sobre a ocupação de espaços geográficos onde habitam comunidades tradicionais (sobreposição de territórios), o ambiente saudável e o Direito Humano à Alimentação Adequada.

4 METODOLOGIA

O estudo realizado teve um caráter transversal e qualitativo, através da análise do conteúdo de entrevistas realizadas com sujeitos que de alguma forma vivenciaram a implantação do PARNA Sempre Vivas na região próxima a comunidade quilombola de Quartel do Indaiá, no município de Diamantina/MG. A participação dos sujeitos na pesquisa foi voluntária, sendo-lhes apresentado no momento da realização da entrevista o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi assinado por estes. O estudo foi realizado de acordo com a Resolução 466/12, autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – CEP/UFVJM sob o número 30770114.8.0000.5108.

Os sujeitos da pesquisa

Para a realização do presente estudo, foram convidados 06 sujeitos, em razão da relação de cada um com o objeto da pesquisa, sendo eles: um representante do PARNA Sempre Vivas; um representante Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFVJM (NAC/UFVJM), um representante do Ministério Público Federal (MPF) de Minas Gerais e três representantes da comunidade de Quartel do Indaiá. Para a realização das entrevistas, a escolha dos indivíduos se deu pela atuação dos mesmos junto aos órgãos citados e/ou por residirem na comunidade de Quartel.

Local

As entrevistas foram realizadas nos locais estabelecidos pelos próprios entrevistados, proporcionando-os conforto, privacidade e confidencialidade, e consequentemente sem a ocorrência de interrupções.

4.1 TÉCNICA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo se destaca por uma variedade de técnicas possíveis de lançar-se mão, permitindo ao analista intuir relações no discurso do locutor e, conseqüentemente, explorar índices não previstos no início da pesquisa. Porém, independentemente de qual técnica seja escolhida para dar continuidade a uma pesquisa é necessário que seja seguido uma metodologia para a realização satisfatória do objeto de estudo. Desta forma, o método de realização da análise de conteúdo pode ser dividido basicamente em quatro partes, sendo elas, a organização da análise, a codificação, a categorização e a inferência.

A organização da análise, apesar de apresentar-se como um instrumento de pré-análise, é de suma importância para as etapas posteriores no processo. É a partir dessa que se realiza a escolha do objeto de estudo, se elabora hipóteses frente ao material e emergem os indicadores que serão utilizados na interpretação do próprio objeto. Para isso é necessário que o analista primeiramente se introduza ao objeto de análise através de um procedimento de leitura flutuante e, desta forma, deixe-se contagiar por primeiras impressões presentes no texto e, posteriormente cabe ao analista organizar o *corpus* de análise, exaurindo dentro do material escolhido todos os elementos presentes, de forma que nenhum deles seja excluído, uma vez observada a não seletividade desta primeira análise.

A codificação consiste em um primeiro tratamento do material recolhido. O procedimento consiste em destacar no texto palavras ou temas em torno dos quais circula o discurso, permitindo ao analista estabelecer categorias para o prosseguimento das análises. Como nos diz Bardin (2011, p. 133):

“Tratar o material é codificá-lo. A *codificação* corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices.”

Após conclusão do processo acima citado, lança-se mão de operações de categorização. O processo é constituído de ações que buscam isolar elementos que,

posteriormente serão reagrupados em categorias de acordo com suas relações e significações dentro do texto. Além disso, o processo de categorização deve possuir princípios de classificação aplicáveis a todos os elementos textuais e as categorias devem ser formadas de maneira homogênea.

A inferência é o processo final de análise, sendo este o momento em que são feitas as observações sobre o material obtido. O procedimento pode ser realizado buscando-se respostas para questões específicas, embasando-se em unidades lexicais, pausas, erros, expressões gestuais, posturas, dentre muitas outras observadas durante a entrevista. O analista passa a enxergar o que existe além do discurso bruto, desvelando mitos, valores e símbolos não expressos pelas palavras do emissor do discurso.

Para a realização do presente estudo, foram entrevistados 06 (seis) indivíduos, escolhidos a partir de sua relação com o objeto da pesquisa, seguindo um roteiro de perguntas semiestruturadas. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes, e posteriormente transcritas.

Com a transcrição, foram realizadas leituras superficiais do material obtido, com o intuito de se familiarizar com o conteúdo. Em um segundo momento, alguns trechos foram identificados e destacados considerando sua possível significação no contexto da pesquisa. Após os destaques, os trechos foram classificados em categorias, permitindo a visualização dos principais temas e a realização de inferências sobre eles.

O objetivo principal da pesquisa foi identificar e desvelar a relação entre a comunidade de Quartel do Indaiá e o Parque Nacional das Sempre Vivas e sua influência na vida desta comunidade, bem como contribuir para a discussão sobre a ocupação de espaços geográficos onde habitam comunidades tradicionais (sobreposição de territórios), a relação com o ambiente saudável e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados descritos neste capítulo nasceram da análise das entrevistas realizadas ao longo dos meses de agosto a novembro de 2014, com seis indivíduos que foram escolhidos a partir da relação de cada um com o objeto da pesquisa, seja atuando diretamente no PARNA Sempre Vivas, na comunidade de Quartel do Indaiá, ou através dos órgãos públicos que se fazem presentes nas interlocuções entre ambos.

O representante do PARNA Sempre Vivas, doravante denominado “RP”, tem 40 anos de idade, é do gênero masculino e atua na gestão da UC desde o ano de 2011 trabalhando no escritório do ICMBio em Diamantina/MG;

O representante do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFVJM (NAC/UFVJM), denominado como “RNAC”, tem 50 anos, é do gênero masculino, desenvolve projetos de extensão sobre práticas agrícolas nas comunidades tradicionais através da Universidade. Acompanhou o estudo sobre o Mapa de Conflitos Socioambientais de Minas Gerais na região e ajudou a criar a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX);

O representante do Ministério Público Federal (MPF) de Minas Gerais, denominado como “RMPF”, tem 40 anos, atua na Procuradoria da República na comarca de Sete Lagoas desde o ano de 2013 e é o Procurador responsável por acompanhar o inquérito civil proposto pela CODECEX em relação ao PARNA Sempre Vivas, além da questão relativa à titulação quilombola da comunidade de Quartel do Indaiá.

A representante da comunidade de Quartel do Indaiá, denominada “RC1”, tem 44 anos, é do gênero feminino, nasceu em uma comunidade próxima a Quartel, mas vive no local há aproximadamente 30 anos. É casada e trabalha cuidando da casa, na plantação de legumes, frutas e hortaliças, além da criação animais (gado, galinha, etc.).

O segundo representante de Quartel do Indaiá, denominado “RC2”, tem 35 anos, é do gênero masculino, nascido e criado na comunidade, é agricultor e faz trabalhos temporários diversos sítios e fazendas da região.

O terceiro representante da comunidade de Quartel denominado “RC3”, tem 34 anos, é do gênero masculino, nascido na comunidade, é agricultor e trabalha com uma pequena área de roçado e na produção de carvão.

Realizamos as entrevistas semiestruturadas com cada um dos sujeitos em local, data e horário, estabelecidos pelos mesmos, seguindo os ditames do Conselho de Ética em Pesquisa da UFVJM. Para o registro das falas dos entrevistados, utilizamos um gravador digital a partir da autorização destes, sendo o material captado transcrito para um documento, possibilitando a análise textual do conteúdo da entrevista.

Seguindo a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), fizemos diversas leituras do material obtido a fim de identificarmos nas falas, trechos e termos que pudessem se destacar pela frequência e significado no contexto da entrevista. Com os destaques dos trechos, agrupamos os mesmos por afinidade de tema em “categorias de análise” e por fim realizamos “inferências” sobre as categorias.

A partir da realização das leituras das entrevistas, observamos que os três representantes da comunidade de Quartel, em razão das questões intrínsecas que os interligam por viverem na mesma comunidade e compartilharem do dia-a-dia, destacaram em suas falas pontos comuns que não foram mencionados nas falas dos outros três entrevistados. Assim, lado outro, os representantes do PARNA Sempre Vivas, do NAC e do MPF, por atuarem em órgãos públicos e terem amplo acesso a informações sobre as questões abordadas na pesquisa, apresentaram situações e argumentos que abriram discussões que não foram abordadas pelos representantes da comunidade. Neste sentido, optamos por fazer uma divisão das categorias identificando aquelas que eram comuns entre os três representantes da comunidade, aquelas que se faziam presentes somente nas falas do RP, RNAC e RMPF e aquelas que emergiram a partir das falas de todos os entrevistados.

Categorias de Análise:

a) Categorias que emergiram das falas de “RP”, “RNAC” e “RMPF”:

- **Aspectos da criação do PARNA Sempre Vivas**
- **Sobreposição de territórios**
- **Propostas de interlocução**

b) Categorias que emergiram das falas de “RC1”, “RC2” e “RC3”:

- **Saúde e meio ambiente: Segurança alimentar e nutricional**
- **Aspectos da vida na comunidade**

c) Categorias que emergiram das falas de “RP”, “RNAC”, “RMPF” “RC1”, “RC2” e “RC3”:

- **A presença do Estado (Poder Público) na relação com a comunidade**
- **Relação conflituosa com a comunidade**

5.1 Aspectos da Criação do Parque Nacional das Sempre Vivas

A criação do PARNA Sempre Vivas foi tema comum entre os entrevistados que representam instituições por terem o conhecimento da legislação e do procedimento, relatando uma verticalização das decisões, sem o devido acompanhamento da população.

Nesse sentido, tratando do início da discussão sobre uma UC Federal na região de Diamantina, o entrevistado RP faz referência à proposta de criação do PARNA na região do Inhaí, distrito do município, a aproximadamente 55 km da sede, que segundo informações constantes nos registros do PARNA Sempre Vivas, foi provocada através de autoridades locais:

“Foi em pedido do Vereador daqui de Diamantina, se não me engano na época Presidente da Câmara com o Prefeito pra construir uma proposta do parque nacional de Inhaí. E foram eles que encaminharam esse pedido para dentro do, na época, o IBAMA né? Não vou te falar exatamente a data desse início de... Se é 2000, 2001, não lembro. Mas enfim! Aí é o início. Foi

o início e se você pensar no conflito hoje instalado, como que a coisa... Que o início foi a partir de uma demanda local né? Obviamente muito focada, não pelas comunidades em si. Mas sim pela Câmara com o poder legislativo e executivo municipal.”

A documentação da criação da UC, constituída por relatórios técnicos, ofícios e demais documentos, está reunida em um processo formado por dois volumes, que se encontra disponível no escritório do ICMBio em Diamantina/MG, e traz a trajetória desde a primeira proposta para se constituir PARNA Inhaí, até sua transformação nos moldes que hoje se apresenta.

No processo confirmamos o relato de RP sobre o início do ano 2001, quando surgiu a demanda de criação de uma UC na região, partindo de um grupo constituído basicamente por alguns Vereadores e pelo Prefeito Municipal de Diamantina, que se manifestaram solicitando uma avaliação do IBAMA. Esse pedido foi encaminhado oficialmente pelo município, e a partir daí o IBAMA passou a fazer pesquisas e análise dos requisitos para a criação.

Após realização das primeiras visitas e análises, o IBAMA promoveu um contato com alguns moradores do distrito do Inhaí, a fim de registrar alguns relatos sobre a possibilidade da implementação do PARNA na região. Na documentação, é possível verificar que esse contato inicial, ocorreu basicamente com as pessoas que apoiaram a ideia no seu nascedouro, quais sejam: empresários, comerciantes, proprietários de terras e funcionários públicos.

Fazendo referência a esse primeiro momento da criação do PARNA na região do Inhaí, o entrevistado RNAC traz alguns aspectos questionamento sobre o encaminhamento da proposta, apontando um “atropelamento” do procedimento:

“[...]realmente foi uma criação bem tempestiva né? Quer dizer, uma unidade que era pra ser menor, localizada na região de Inhaí, e que teve lá um certo estudo para a criação da unidade, embora não tenha tido especificamente uma audiência pública, teve uma reunião em que estavam presentes inclusive políticos aqui do município para informar que seria criado o Parque Nacional do Inhaí.”

Na análise territorial da proposta do PARNA realizada pelo IBAMA, verificada no processo, foram feitos levantamentos sobre a situação fundiária do perímetro definido, limitando-se a verificar escrituras nos cartórios de imóveis, registrando a

existência de propriedades privadas, como fazendas e áreas de empresas. No documento não foi possível identificar o registro de comunidades ou de posses nas áreas afetadas, o que poderia indicar uma supressão intencional dessas informações. Neste sentido, a publicação “Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral” do Ministério Público Federal (Brasil, 2014), menciona que no Brasil o percentual de comunidades tradicionais presentes em Unidades de Conservação Federal é bastante considerável, sendo, portanto, necessária e obrigatória a observação da existência dessas comunidades quando dos estudos para a implementação de áreas de preservação:

“A existência, em 2012, de 312 Unidades de Conservação federais, sendo 139 (45%) Unidades de Conservação de Proteção Integral e 173 (55%) Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Nesse cenário, considerando a amostra de 133 Unidades de Conservação analisada pela assessoria pericial da 4ª CCR, constatou-se a presença de povos e comunidades tradicionais em 37%: entre estas, 23% eram Unidades de Conservação de Uso Sustentável e 14% eram Unidades de Conservação de Proteção Integral.”

Em sequência à informação sobre a situação fundiária da área do PARNA, consta no processo de criação uma ata de memória da consulta pública, realizada através de uma reunião promovida pelo IBAMA, em parceria com a Prefeitura Municipal. Há um ofício encaminhado pelo Prefeito Municipal de Diamantina, dizendo da importância da implantação de um parque nacional na região, enfatizando a “proteção do meio-ambiente” e o “potencial turístico”. Juntamente ao ofício, o Prefeito anexou um abaixo-assinado de apoio ao PARNA, com aproximadamente 370 assinaturas, supostamente de moradores do distrito do Inhaí.

O entrevistado RP relata a ocorrência das reuniões promovidas pelo Poder Público, especificamente no distrito de Inhaí, para discutir o tema e a proposição da circulação de um abaixo-assinado para embasar a proposta, que seria então encaminhada ao IBAMA:

“Ocorrem abaixo-assinados, o pessoal reclama, aí já é falando, isso a gente não consegue ter a dimensão no abaixo-assinado né? Aí já não é o que está no processo. As pessoas falaram pra nós que esse abaixo-assinado foi passado em escolas, então a grande maioria eram crianças que assinaram e tal.”

A realização das reuniões e o encaminhamento do abaixo-assinado pelo Poder Público, tem uma conotação de justificativa para a necessária publicidade sobre a criação do PARNA, que segundo os entrevistados não ocorreu, e tal fato ainda é relativizado por RP, quando o mesmo destaca a forma como o mecanismo de consulta teria sido deturpado com a participação de crianças assinando o documento.

É importante ressaltar que a Lei do SNUC, que prevê a consulta pública prévia, entrou em vigor justamente no período citado por RP como sendo o mesmo do encaminhamento da proposta de criação do PARNA do Inhaí, porém, tal dispositivo legal, somente viria a ser regulamentado pelo Decreto 4.340, em agosto de 2002²⁶, portanto, tratava-se de um momento de transição.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), através da Convenção nº169 de 2011 sobre povos indígenas e tribais, da qual o Brasil é signatário, tem definido esse entendimento através de seu Art. 6º, “a”, que determina a promoção de consulta às populações tradicionais por meio de procedimentos adequados e particulares, sempre que forem previstas medidas administrativas ou legislativas que possam afetá-las.²⁷

Apesar das determinações legais mencionadas, Farena (2007) relativiza a “consulta” como pré-requisito para a criação de UC, entendendo que seu objetivo é de auferir opiniões apenas sobre a “localização, dimensão e os limites mais adequados para a unidade”, excetuando-se desse rol, sua categorização como unidade de proteção integral ou de uso sustentável. Ainda segundo o autor, a consulta pública não é essencial para a criação de uma UC e não a impossibilita:

“Cumpre, antes de mais nada, enfatizar que a previsão diz respeito à consulta, procedimento que envolve audiências públicas e manifestação livre da comunidade, e não plebiscito para decidir se a unidade deve ser ou não criada. Trata-se de elemento não essencial à formação do ato, porquanto a oposição das comunidades envolvidas não impede a criação da

²⁶ BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Dispões sobre a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2000.

²⁷ Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais. Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. – Brasília: OIT, 2011

unidade de conservação, incidindo aqui a supremacia do interesse público na preservação ambiental sobre os interesses particulares dos afetados, que podem fazer jus a outro tipo de compensação.” (Farena, 2007)

Ao ser questionado sobre o fato da não realização do procedimento de consulta pública para a criação do PARNA, o entrevistado RMPF é reticente ao dizer que se trata de um tema ainda recente, em discussão, e que os argumentos são válidos de ambos os lados (sociedade x IBAMA):

“Esse assunto é abordado eventualmente, porém não há convicção formada pelo Ministério Público Federal. Existem argumentos bastante consistentes de um e de outro lado, a legislação de fato é muito recente, e o Ministério Público Federal tem se preocupado hoje de forma bastante enfática em entender qual o conflito.”

Ainda na esteira da proposta do PARNA do Inhaí encaminhada ao IBAMA, RP trata sobre o procedimento administrativo interno, e segundo o mesmo, o Instituto “assume o poder de decisão sobre a questão” ao propor/definir uma ampliação da área do projeto inicial:

“E a partir de então o processo tem um desdobramento interno no IBAMA na época, tem estudos de viabilidade, um estudo das propriedades, pra ver se o parque tem atributo pra ser Parque, e isso é tocado pra frente até que passa por uma análise técnica do IBAMA de Belo Horizonte aonde a área técnica do IBAMA em Belo Horizonte, a pedido do jurídico do IBAMA na época, faz uma análise e propõe o aumento do Parque. Ele não propõe em número, mas propõe um aumento por que ele achava estranho ter duas RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) em cunha, na proposta do Parque. Quando ele vem, ele passa a partir de Inhaí e duas RPPN. E que existem até hoje essas RPPN, elas não foram indenizadas. Mas ele achava estranho ter duas RPPN relativamente grandes, uma com "cinco mil e pouco" outra com "doze mil e poucos" hectares né? Por que parte então não aumentava pra cima dessas RPPN?”

Essa referência à indicação da ampliação do parque pelos técnicos do IBAMA é o ponto inicial para o que se tem hoje em relação à área total do PARNA, que passou a ser denominado “Sempre Vivas”. Naquele momento o projeto encaminhado ao órgão ambiental constava uma área de aproximadamente 50 mil hectares na região do Inhaí, que seria então avaliada para se determinar a viabilidade da transformação em um Parque Nacional. Em sua fala, RP, ao citar as duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) existentes nas proximidades da área do projeto, comenta que o técnico em questão já havia estado na região verificando-as, sugerindo, portanto, que este conhecimento prévio o induziu a proposição da ampliação do PARNA:

“Esse técnico já tinha estado aqui na área vendo uma RPPN dessas, por conta de RPPN mesmo, apesar de elas serem estaduais, mas ele esteve aqui vendo. Então quando chegou pra ele fazer a análise do Parque Nacional das Sempre-Vivas ele... Certamente né? Não sei se ele cita isso na... Mas enfim! É um técnico que já tinha estado um ano antes, seis meses, dois anos antes, não sei, na região, no lugar aonde ele propõe, o parque desse lugar onde ele propõe aumento do Parque.”

A discussão do tema sobre a criação do PARNA do Inhaí, questionada por RP, assume uma dimensão muito maior quando da indicação do IBAMA para se ampliar a área de 50 mil hectares do parque, para 124 mil hectares, abrangendo um perímetro 248% maior que a proposta gestada, e que segundo Monteiro (2011), ocorreu através de um sobrevoo de helicóptero pelos técnicos do instituto. O entrevistado identifica que:

“É que aí que a gente tem, eu acho, um problema no processo de criação, que ajuda nesse conflito, que é a não conversa com o entorno desse Parque. Eu acho que isso, se tivesse tido a conversa naquela época parte dos problemas de hoje teriam ficado lá. Teriam sido resolvidos ou pelo menos iniciados um processo de gestão lá atrás. Isso não foi feito.”

Quando da apresentação da proposta de ampliação da área pelo IBAMA, o procedimento já se encontrava regulamentado. O entrevistado RNAC argumenta a existência da legislação em vigor à época e do desrespeito com as comunidades pela decisão verticalizada da ampliação do perímetro:

“Então assim, esse é o primeiro momento de uma criação que vem do órgão, uma expansão sem um diálogo efetivo com as demais comunidades que estão envolvidas no processo. E isso já acontece com a atual legislação em vigor. Quer dizer, quando saiu o decreto, que é dezembro de 2002, já estava em vigência a lei atual, chamada de SNUC, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Então assim, esse momento já é um momento, no nosso entendimento, de total desrespeito do órgão com as comunidades.”

O RP menciona que o órgão ambiental utilizou-se de um mecanismo de consulta que não privilegiava o acesso dos moradores das comunidades que seriam diretamente afetadas, impedindo, de certa maneira, que eles pudessem opinar sobre a questão:

“Aí a consulta pública é uma consulta por internet, e obviamente que as comunidades do entorno não participaram. Por que até hoje não têm condições de participar. Assim, apesar de que a consulta pública não é só para a comunidade do entorno. Mas ela não é adequada. Não que ela não pudesse ser feita pela internet, eu acho que ela poderia ser feita pela internet sim, mas também localmente. Acho que as duas coisas, não é uma excludente da outra. Mas isso foi suficiente para o jurídico do IBAMA entender que o processo estava ok, e criou-se o Parque.”

A questão colocada por RP ao dizer que esta consulta “foi suficiente para o jurídico do IBAMA entender que o processo estava ok, e criou-se o Parque”, vai ao encontro justamente à interpretação em Farena (2007) e com o que expressa o Decreto regulamentador da consulta pública para a criação de UC, considerando que o mesmo determina a consulta, mas não especifica “exigências mínimas” para sua aceitação:

Decreto 4.340/02.

Art. 5º - A consulta pública para a criação de Unidade de Conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a Unidade.

§ 1º - A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.

Porém, o entendimento do MPF sobre o procedimento da consulta pública é pacífico no sentido de que são exigências preliminares à criação de uma UC os estudos técnicos para caracterizar a área a ser afetada e a consulta pública para “confirmar a pertinência da proposta de criação”:

“Estudos técnicos prévios realizados pelo órgão executor proponente, identificando a presença de atributos ambientais, socioculturais ou históricos relevantes e sua caracterização preliminar, o uso da terra praticado, a existência de ocupantes (tradicionais ou não), a situação fundiária e os limites mais adequados para a nova Unidade. Importante incorporar nesses estudos previsão de impactos sociais positivos e negativos decorrentes da criação da Unidade de Conservação. A consulta pública tem objetivo de verificar os dados apresentados nos estudos prévios, coletar contribuições complementares ou efetuar correções, validar a proposta de categoria de Unidade de Conservação a ser criada, seus objetivos, extensão e limites previstos, colher a manifestação e a opinião dos ocupantes do interior e do entorno da área e confirmar a pertinência da proposta de criação da nova Unidade de Conservação. Os procedimentos para a criação de Unidade de Conservação devem obedecer aos princípios do interesse público, da motivação e da publicidade.” (BRASIL, 2014)

Monteiro (2011) faz referência a essa consulta realizada por meio da internet e a publicação no Diário Oficial, destacando como meios inadequados e inacessíveis pelas comunidades atingidas:

“Aqueles que vivem nas comunidades rurais reiteram a ausência de qualquer reunião para tratar do assunto e desconhecem quando e como foi criada a unidade, bem como seu tamanho e os limites. Deve-se observar a inexistência energia elétrica em algumas das comunidades atingidas, e o raro acesso à Internet, à época. O Diário Oficial da União é amplamente desconhecido por elas. A referência de criação do parque recorrente, entre eles, é o ano de 2007, quando se efetivaram as proibições das atividades realizadas na área, ou quando “o tal do meio ambiente chegou à serra e proibiu a gente de tudo”. (pag.185)

Após a realização desses procedimentos, o Decreto de criação é assinado em dezembro do ano de 2002, nos termos da proposta do IBAMA, e passa a ser denominado como “Parque Nacional das Sempre Vivas”, abrangendo uma área total de aproximadamente 124 mil hectares, dentro dos limites dos municípios de Olhos d’Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina, Minas Gerais.

O RP ressalta como essencial no processo de criação dos PARNAS a facilitação do acesso à informação para aceitação e absorção da idéia pelas comunidades e seus moradores:

“Uma reclamação muito grande de que as pessoas não conheciam o Parque, não sabiam que o Parque existia. Por conta desse processo não feito e discutido. É interessante, e isso não resolve o problema em absoluto, a gente observar que justamente para corrigir, creio eu, por que eu não estava lá e nem participei da formação do SNUC, da construção da lei do SNUC, ela, creio eu que foi antes disso já, de ter sido constatado esses problemas o SNUC estava com a necessidade de ouvir. De audiência pública, de ouvir as pessoas que tenham alguma relação com o processo de criação da unidade de conservação né? E aí fazer a audiência pública. Que eu acho que é justamente para corrigir isso né? E aí a gente percebe que o Sempre-Vivas, junto com outras unidades criadas nesse ano de 2002, eles estavam nesse processo exatamente de início de uma nova lei e de cultura institucional, vou usar a palavra cultura com essa... Que não tinham nem a expertise de como é que você fazia isso. Então uma coisa é a lei, outra coisa é como é que a coisa se pratica a partir daí. A lei é de 2000. O SNUC é de 2000. E a regulamentação dela é de agosto de 2002, se não me engano é de agosto de 2002. O decreto é assinado em dezembro de 2002.”

Murta (2011) também menciona esse desconhecimento dos moradores das comunidades em relação ao parque: “Desde a criação do parque, as comunidades têm vivido momentos de angústia e conflito, pois os seus habitantes só ficaram sabendo das restrições que seriam impostas durante a sua implementação.”

Apesar das observações críticas por RP em relação à criação, o mesmo entende que a unidade de conservação evidenciou um avanço, comparada com outras unidades criadas em períodos anteriores à legislação vigente: “Se a gente olhar como é que as unidades de conservação eram criadas, o Sempre Vivas, em relação a essas unidades e como se fazia antes, já teve um avanço”.

Como já mencionado, o procedimento de criação de áreas de proteção ambiental no Brasil antes da Lei do SNUC no ano 2000, não contemplava a oitiva da população através das audiências públicas, neste sentido, a fala do RP sobre o

possível avanço nos moldes da criação do PARNA Sempre Vivas, remete ao modelo que era seguida antes de tal determinação.

O PARNA Sempre Vivas, apesar de ter sido criado em momento histórico diferente, com uma legislação que abarca questões socioambientais e que indica para um avanço na relação de respeito às comunidades tradicionais, demonstra, já no ato de sua criação, que não difere do modelo utilizado por outras unidades de conservação que o antecederam, seguindo o mesmo padrão de imposição em relação às comunidades afetadas.

Como exemplo do modelo de criação de UC no período anterior à Lei do SNUC, temos o PARNA do Jaú na região de Novo Airão no estado do Amazonas, como um exemplo que se aproxima muito do objeto do presente estudo. O PARNA do Jaú foi criado abruptamente por um Decreto em setembro de 1980, com uma área de 2.272.000 hectares, e, segundo FARIAS JUNIOR (2010), existiam ali diversas comunidades tradicionais quilombolas, que passaram a sofrer com as restrições e proibições impostas pela implantação da UC:

“Com a instalação da base de fiscalização na foz do rio Jáu, em 1985, e a presença dos agentes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, posteriormente IBAMA, intensificaram-se as fiscalizações. Da mesma forma, estabeleceram uma série de restrições/proibições, quanto ao uso dos recursos naturais, como a caça, a pesca, a agricultura, a coleta e o extrativismo vegetal. Esta “nova” fisionomia técnica e arbitrária de gestão territorial impôs o controle social, econômico e cultural. Tais proibições ocasionaram diversas situações sociais de conflito entre o modelo proposto de unidade de conservação e as formas de uso dos recursos pelos denominados povos e comunidades tradicionais”.

5.2 A Sobreposição de Territórios

O termo “Sobreposição de territórios” é utilizado para especificar uma situação de existência de uma ocupação de anterior de determinada área, neste caso por uma comunidade, que vem a ser justaposta pela delimitação da UC.

No caso da área atual do PARNA Sempre Vivas, o entrevistado RNAC destaca que pelo menos “20 localidades foram atingidas pela criação do Parque”,

sendo que dessas, duas são certificadas como quilombolas (Quartel do Indaiá e Vargem do Inhaí).

Existe uma distinção legal/constitucional entre as comunidades tradicionais e as comunidades quilombolas. As populações tradicionais têm proteção legal dos seus usos e costumes na própria lei do SNUC, através o art. 42, conforme já mencionado, porém, as comunidades quilombolas têm proteção constitucional específica de seu território, através do art. 68 do ADCT, que lhes garante a soberania dentro do perímetro da comunidade.

Na entrevista com o RMPF, o mesmo reconhece a singularidade de Quartel como comunidade quilombola, citando que nas discussões do grupo de trabalho a comunidade é tratada de forma apartada em razão dos direitos que lhes são garantidos:

“Agora no caso específico de Quartel, ao menos no período em que tenho acompanhado as discussões no âmbito do grupo de trabalho, ela em princípio é colocada até à parte de toda essa discussão por que os próprios gestores da unidade de conservação, e assim não poderia deixar de ser, reconhecem que o estatuto de comunidades quilombolas é altamente específico e em alguma medida, e em importante medida, divorciado das demais comunidades que se consideram, que possam ser consideradas comunidades tradicionais. Em outras palavras, em princípio não está em causa a situação da comunidade de Quartel do Indaiá como afetada ou não por que uma vez ela sendo evidenciada por meio de um relatório antropológico e seus desdobramentos ela terá em princípio um regramento todo específico.”

Determinadas comunidades tradicionais, para as quais a posse do território é referência coletiva e está garantida constitucionalmente, como as quilombolas, não são passíveis de remoção e reassentamento. Trata-se aqui do sério problema da sobreposição de unidades de conservação com terras desses grupos étnicos que mereceram proteção constitucional diferenciada. A regra deve ser a da conciliação entre a conservação da natureza e a ocupação e uso da área pelas comunidades tradicionais (FARENA, 2007). Mas há questionamentos a serem feitos: E quando isso for impossível? Prevalece a unidade de conservação sobre a terra quilombola? E quanto ao marco temporal, sabendo-se que o procedimento de criação da primeira é, por natureza, mais ágil do que o procedimento de identificação, demarcação e homologação de titulação da terra quilombola?

Juliana Santilli (2005) defende que:

“a criação de unidades de conservação com limites superpostos aos dos territórios dos quilombolas só é legalmente possível quando se trata de categoria de unidade de conservação que não restringe ou limita as atividades tradicionais desenvolvidas pelos quilombolas, como caça, pesca, roças e extrativismo. Do contrário, os atos de criação “padecem do vício da nulidade absoluta, e não produzem efeitos jurídicos”, lição que certamente se estende à incidência do ato sobre terras indígenas, ao mencionar a “interpretação analógica com os dispositivos constitucionais que asseguram direitos aos povos indígenas”

Sustenta ainda a autora que, no desenvolvimento de suas atividades tradicionais, voltadas para a subsistência ou consumo interno, as comunidades quilombolas não estão sujeitas às restrições estabelecidas pela legislação ambiental.

É importante ressaltar que comunidade de Quartel do Indaiá não era certificada como quilombola à época da criação do PARNA Sempre Vivas, pelo motivo da regulamentação do processo de certificação somente ter acontecido no ano de 2003, ou seja, um ano após o Decreto de Criação do Parque Sempre Vivas, porém, já era reconhecida como uma comunidade com usos e costumes tradicionais e relação territorial específica, portanto, deveria ter sido relatada nos laudos técnicos e ouvida em audiência pública, o que não ocorreu.

Sobre a criação do PARNA Sempre Vivas em sobreposição à área da comunidade quilombola, o entrevistado RMPF não assume nenhum posicionamento, limitando-se apenas a justificar que: “o colega que me antecedeu formou convicções seguramente no sentido de que não havia vício a tal ponto de determinar a invalidação da criação da unidade.”

O território para os quilombolas, como já tratado, possui um conceito diferenciado, que a autora Santilli (2005) faz referência:

“A territorialidade é um fator fundamental na identificação dos grupos tradicionais, entre os quais se inserem os quilombolas. Tal aspecto desvenda a maneira como cada grupo molda o espaço em que vive, e que se difere das formas tradicionais de apropriação dos recursos da natureza. São as terras de uso comum, em especial as “terras de preto”, cuja ocupação não é feita de forma individualizada, e sim em um regime de uso comum. O manejo do espaço territorial obedece a sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço que tomam por base os laços de

parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (pag. 139)

Para justificar a inserção do perímetro do parque, o entrevistado RP descreve em sua fala os principais pontos de fronteira, destacando que a maior porção do território encontra-se no alto das serras atingindo poucas áreas de campo (planaltos), considerando que as comunidades se localizam nas áreas mais planas, sendo, portanto, pouco afetadas:

“124 mil hectares. Na serra tem alguns pontos, proporcionalmente pequenos em relação à área total que estão em baixada. A grande área do Parque está no alto mesmo. A linha divisória dele passa no alto da serra. Com exceção de "pra frente ali de Vargem de Inhaí", pega uma área de, sei lá, 630 metros, que é na beira do Jequitinhonha. Que aí ele divide com o Jequitinhonha, que é na foz do Inhacica grande, que entra ali e divide com o Jequitinhonha, por uns sete quilômetros. Então é um dos pontos que pega área baixa, depois ele pega a linha seca. Pega a linha divisória por água, por córrego, e depois pega a linha seca e vai por cima da serra. Do lado de lá tem um cantinho que pega lá perto de Lavras, eu acho que embaixo um pouco também. Mas a grande maioria do Parque mesmo está no alto. Foi a linha construída”

A delimitação da área da UC é de extrema importância, considerando que no caso de Unidades proteção integral, existem restrições às atividades humanas não somente no interior da mesma, como em seu entorno, na zona de amortecimento.

O RNAC trata em sua fala sobre a forma de demarcação dos limites do Parque, que segundo o mesmo, foi embasada superficialmente pelo levantamento visual da área:

“Até por que a maioria delas (comunidades) não sabia ainda da existência do Parque, por que o Parque foi demarcado por helicóptero, não houve diálogo com as comunidades, então elas não sabiam da existência do Parque. E a gestão da unidade fazia em seções mais localizadas no território. Então de fato a maioria das pessoas não sabiam da existência do Parque.”

Ao ter sua área delimitada por um decreto de criação, os órgãos que administram as unidades de conservação, têm determinado pela lei do SNUC (9.985/00), um prazo de cinco anos a partir desta data, para formular o plano de manejo da unidade nos termos do art. 27, §3º. Este plano, segundo o art. 2º, XVII, da mesma lei, é um documento técnico da unidade, que estabelece seu zoneamento e as normas que regulam o uso da área. É nele que se define também a amplitude da Zona de Amortecimento (ZA) da UC, ou seja, a área do entorno da unidade onde

as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, segundo o art. 2º, XVIII, da citada legislação²⁸. No caso do PARNA Sempre Vivas, o plano de manejo ainda não foi definido, apesar do prazo legal de cinco anos após sua criação, e, portanto, seu entorno está limitado por força da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010²⁹, que estabelece:

Art.1º.[...] .

§ 2º Durante o prazo de cinco anos, contados a partir da publicação desta Resolução, o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de três mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no caput, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas.

A questão relacionada à ZA das UCs federais no Brasil tornou-se objeto de demanda judicial promovida pelo MPF, junto ao Tribunal Regional Federal do Distrito Federal (TRF/DF), em razão de uma discussão inicial relacionada à legitimidade da definição da ZA do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, por meio de uma Portaria do IBAMA. A discussão se deu através de um Mandado de Segurança impetrado junto ao TRF/DF que apontava a nulidade da Portaria, pois o mencionado PARNA fora criado por um Decreto e o entendimento da instância judicial foi que a ZA, quando não definida no ato da criação das unidades, deve ser regulamentada por ato de “idêntica natureza e hierarquia”. Assim, se a UC foi criada por Decreto, deve ser a ZA definida também por Decreto. A partir dessa e de outras situações relacionadas a não definição da ZA em UC federal, o MPF pugnou junto ao TRF/DF, que a União e o ICMBio fossem compelidos a definirem a ZA de todas as UC federais criadas, bem como, das que vierem a ser criadas posteriormente. Com o reconhecimento da omissão da União e o ICMBio em relação aos fatos narrados, o juiz da 3ª Vara do TRF/DF, assim sentenciou:

“Julgo procedente o pedido do Ministério Público Federal para condenar a União e o ICMBio à expedição dos atos pertinentes para a fixação das zonas de amortecimento das unidades de conservação federal, quando não determinadas nos atos de criação das mesmas, no prazo de cinco anos a contar da intimação desta sentença, para as unidades instituídas até lá, devendo esse prazo ser contado a partir da criação de cada unidade, como

²⁸ BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2000.

²⁹ Resolução CONAMA nº 428, de 17 de DEZEMBRO DE 2010. Brasília: Diário Oficial da União (DOU); 20 de Dezembro de 2010 [acesso em 04/12/2014]. Disponível em: <http://www.in.gov.br>

determina a Lei n. 9.985/2000, com relação às que surgirem em momento posterior.”

A sentença foi publicada em 05 de novembro de 2013 e determinou, também, uma multa no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) para o caso de descumprimento. Portanto, o ICMBio, através das diversas representações locais no Brasil que administram UC federais, passou a ser obrigado por sentença judicial a ter que promover os estudos para a definição do plano de manejo, e consequentemente da ZA de todas as unidades sob sua responsabilidade, o que provavelmente sobrecarregou a instituição, que a exemplo do PARNA Sempre Vivas, postergava tal procedimento.

Em relação ao entorno do PARNA, ou seja, a área onde a ZA alcança, RP, ao ser questionado sobre as que comunidades que estariam localizadas nesse perímetro, justifica a relação de algumas delas, que por lei não seriam consideradas dentro desse limite (três quilômetros), mas que são tratadas como tal:

“Quartel do Indaiá, Inhaí, Vargem do Inhaí, Braúna, Mucambo, Timburé, Campo Alegre de Lavra, que são dois comunidades que é uma só mas são 2, por que ela é dividida pelo Jequitaí, aí um lado é Buenópolis e outro lado é Bocaiúva; depois Pé de Serra, Curimataí e Santa Rita. Ah não! Aí tem Macacos, São João e depois a gente tem pequenas comunidades ou agrupamentos de casas. De 4, 5 casas e tal. Tem Macaquinhos, que eu acho que tem 4 casas, que está para baixo de Macacos, tem São José que a gente não conhece, já andei por lá mas a gente nunca fez reunião em São José, que na verdade eu não sei a relação que eles tem realmente com o Parque. Basicamente essas. Além dessas a gente tem São João da Chapada que está a 30 quilômetros do Parque, mas a gente trata ela como entorno.”

São João da Chapada, distrito do município de Diamantina, é referência de saúde e de outros serviços básicos para a comunidade de Quartel do Indaiá, em razão da proximidade, em torno de nove quilômetros. São João é citado pelo entrevistado como local estratégico para o PARNA Sempre Vivas, considerando a existência de alojamentos para os funcionários do ICMBio, a estrada de passagem para o parque e a utilização de mão-de-obra local na prestação de serviços. Portanto, é possível afirmar a existência de uma relação de benefício direto para alguns moradores do distrito através das atividades do PARNA, gerando uma maior aceitação.

Quartel do Indaiá, citada como localizada no entorno do PARNA, ou seja, relacionada dentro do perímetro de “controle”, tem uma ressalva pelo entrevistado que aponta: “Quartel, hoje ela praticamente não está no entorno dos 3 quilômetros, mas acho que é uma comunidade que a gente deve continuar tratando como comunidade do entorno”. Essa avaliação parte justamente da constatação da importância de São João da Chapada para o PARNA e a relação com Quartel do Indaiá, e também por uma ausência da delimitação do território da comunidade quilombola que se encontra atualmente em processo de titulação pelo INCRA/Fundação Palmares, dependendo do laudo com a definição dos limites.

Para efeito de controle da área do PARNA, o IBAMA oficialmente não considerava Quartel do Indaiá como população do entorno, conforme fica demonstrado pela não especificação da comunidade no mapa de abaixo (Figura 5), datado de 2006, documento técnico constante no relatório operativo de combate a incêndios da UC:

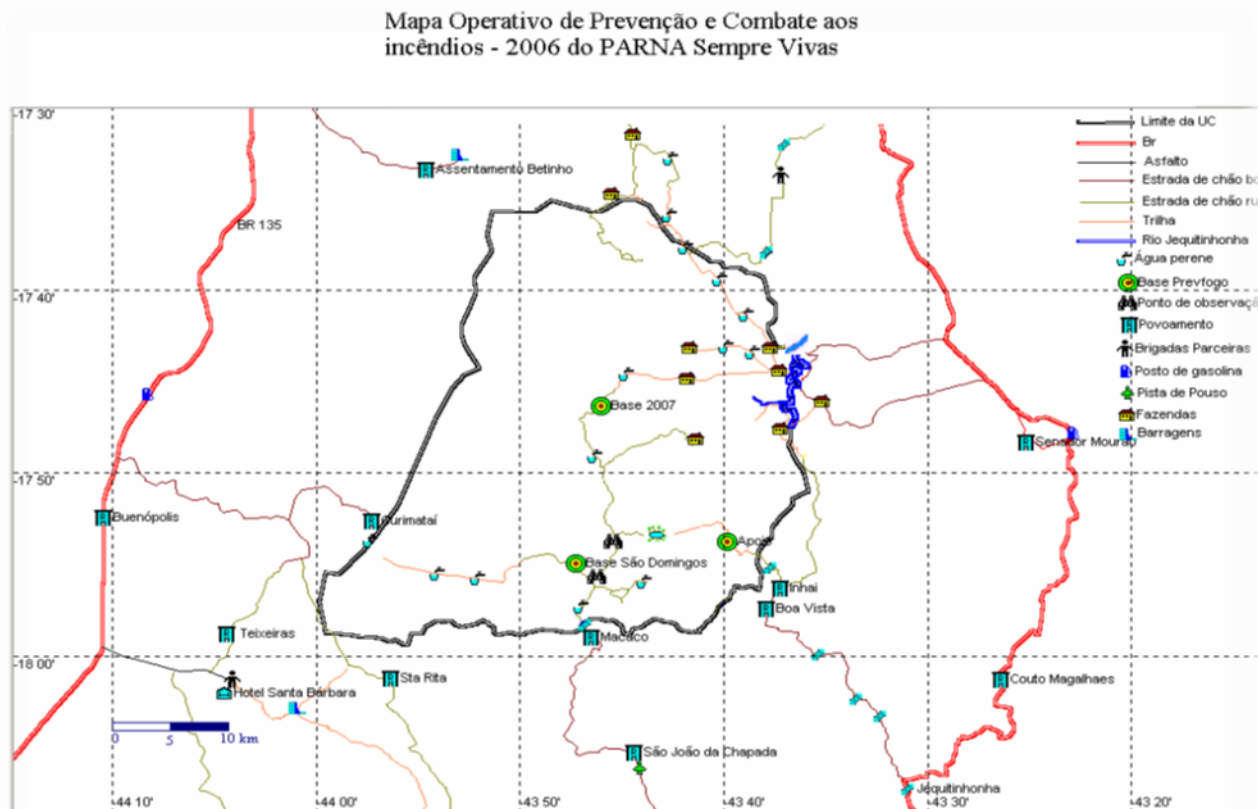


Figura 5: Mapa operativo de Prevenção e Combate aos incêndios. Fonte: Site ICMBio.

5.3 Presença do Estado (Poder Público) na relação com a comunidade

Uma questão bastante relevante nas entrevistas e no histórico de conflitos relacionados com a comunidade de Quartel do Indaiá é a presença do Estado através dos diversos órgãos Federais, Estaduais e Municipais que o representam, interferindo sobremaneira na vida dos moradores, precipuamente através do PARNA Sempre Vivas e também em razão deste.

Uma fala emblemática do RC2 traz o sentimento dos moradores de Quartel em relação à presença constante do “governo” na comunidade, trazendo “expectativa”, que pode ser entendida como apreensão e também esperança de melhoria da condição de vida:

“Por que aqui já vem gente demais, gente do governo sempre vem e o povo fica naquela expectativa: “Ah todo dia vem gente”. Então vem promotor de justiça, vem vereador.”

A constância do poder público na comunidade se intensificou muito a partir de 2007, quando o ICMBio assume a gestão do PARNA Sempre Vivas e inicia uma intervenção mais direta através das fiscalizações. Antes disso a frequência de visitas de pessoas estranhas aos moradores era mais representada por pesquisadores.

Sobre as fiscalizações o entrevistado RC3 comenta sobre uma autuação recebida em razão de um desmatamento feito por este em uma área não licenciada e menciona o período da gestão do ICMBio em meados de 2008:

“Isso aí é 2008, que eu to lembrando pelos papéis que vem pra mim aí e fica falando a data que foi feito o processo né? A fiscalização foi o órgão federal. O ICMBio é por que o quer dizer que o parque lá hoje é ICMBio né? E na verdade foi até a mulher que... funcionária lá, Kelly³⁰, foi até na data que ela estava mexendo aí, foi ela mesma que trouxe a “embargação” pra mim. Justamente.”

Em meados dos anos de 2009 os moradores de Quartel, juntamente com outras comunidades, foram convidados a participar de um evento promovido pela UFVJM para discutir a questão do extrativismo vegetal na região. Neste encontro o contato com os órgãos públicos, inclusive com os que atuam diretamente na questão

³⁰ Gestora do PARNA Sempre Vivas no período entre 2007 e 2010.

do meio ambiente, conforme relato do RNAC, fez eclodir questões sobre situações de conflito com o PARNA que ainda não haviam sido evidenciadas, provocando a atenção desses:

“A EMATER, a Prefeitura Municipal, a PUC-MG e nós, através da PROEXC, ajudamos a realizar esse evento. E esse evento, quer dizer, foram chamados todos os órgãos da região que tem ação ambiental né? O IEF estadual, o ICMBio nacional, o Ministério Público foi convidado. Enfim, vários atores que tem a ver com a cadeia do extrativismo. E assim, esse evento trouxe à tona muito forte, muito evidente, os conflitos que estavam existindo com a Unidade de Conservação e as comunidades que estão envolvidas na região da criação do Parque.”

A partir desse momento do encontro e com as questões que foram levantadas no debate, as comunidades, com apoio do NAC/UFVJM e do GESTA/UFMG, se uniram e criaram a Comissão em Defesa das Comunidades Extrativistas (CODECEX) para fazer frente ao conflito com a unidade de conservação. Com essa organização e com as denúncias que afloraram, aquelas comunidades, como é o caso de Quartel, que vivam de forma mais reservada e tranquila, passaram a ser assediadas não mais somente pelas fiscalizações do ICMBio, mas também pelos diversos órgãos e instituições que assumiram posto na causa.

O entrevistado RC1 cita em sua fala uma das reuniões realizadas por representantes de órgãos públicos na comunidade:

“Fizeram reunião conosco a pouco tempo, agora em agosto, eles vieram. Teve até um promotor lá de Sete Lagoas que veio também. Tavam aí conversado essa história aí (sobre o Parque). Veio aqui um, dia 13 de agosto veio. O gerente que tá agora veio cá. Eu até fiz almoço pra eles, fui lá e expliquei tudo direitinho. Ele falou negócio de garimpo, aí eu falei: não, o IBAMA nunca nos proibiu de garimpar. Aqui por que o custo de vida ficou... que o povo foi comprando terreno, falando que era deles e então não deixava garimpar.”

O RNAC menciona essa interferência externa sofrida pela comunidade de Quartel, refletida nos moradores a partir dos interesses diversos:

“A comunidade de Quartel do Indaiá, na nossa perspectiva, é uma comunidade que já teve muita interferência externa, é uma comunidade muito mexida nesse aspecto, e que tem opiniões diversas na comunidade, obviamente pelos interesses diversos.”

Na sequência dos fatos, com o surgimento de denúncias de violação dos direitos dos moradores das comunidades, o Ministério Público Federal instaurou um

inquérito civil para apurar a situação e passou a fazer reuniões com os moradores, e mais especificamente com a CODECEX.

A situação de interferência na comunidade fica bastante evidente na fala do RMPF, quando este trata sobre a atuação do Ministério Público nas questões que envolvem Quartel:

“Está sendo feito o acompanhamento também, a provocação da corregedoria do ICMBio para providências relacionadas a abusos que tenham sido cometidos em gestões anteriores e também apuração da maior parte que nos cabe em matéria criminal de improbidade. Também se acompanha a situação fundiária da Unidade de Conservação e a produção do plano de manejo que foi viabilizado por meio de ação de inquérito e que foi manejado pelo Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal, por mim representado, tem estado presente nas reuniões conduzidas no âmbito do grupo de trabalho instituído.”

5.4 Saúde e Meio Ambiente: Segurança Alimentar e Nutricional

A alimentação para as comunidades quilombolas tem um caráter bastante específico em razão da sua relação com a terra e com o território. Neste caso, o Poder Público, para além de proporcionar que todos tenham acesso à alimentação suficiente em quantidade e qualidade, em função de suas peculiaridades relacionadas à diversidade marcante em sua população, como é o caso das comunidades quilombolas no Brasil, este deve zelar para que as especificidades culturais alimentares sejam preservadas nesse processo. Não basta, dessa maneira, garantir o acesso a alimentação em qualidade e quantidade suficiente, mas esta deve ser de acordo com a cultura alimentar do determinado grupo.

Lemes e Dal Bosco (2014) fazem uma análise da relação da alimentação com o território, apontando que a garantia dos direitos territoriais dos quilombolas é fator preponderante para a segurança alimentar:

[...] a questão territorial, na sua interface como direito à alimentação, deve ser encarada sob dois olhares: a territorialidade enquanto fator determinante das políticas de segurança alimentar, e a negação dos direitos territoriais (processos de identificação, demarcação e titulação das terras quilombolas) como potencializador da insegurança alimentar das Comunidades Remanescentes de Quilombo.

Uma fala bastante emblemática do RC1 demonstra como as restrições ambientais impostas a partir da implementação do PARNA Sempre Vivas interferiram no modo de vida dos moradores, impedindo-os de ter acesso aos recursos ambientais necessários à própria sobrevivência:

“É difícil. Por que lenha aqui pra gente tirar é só comprado. E a gente tem terra, mas só comprado. O povo fechou tudo. Não tá nem aí, compra tudo. Esses dias eu tirei uma lenha aí que eu pedi uma dona aí em cima, aonde você passou aí, pra tirar. Tem que pedir, senão eles descarrega a gente. Sempre eu converso com eles na reunião eu falo, a gente mora no mato e não tem direito de nada?”

Os moradores de Quartel em sua grande maioria trabalhavam nos garimpos de diamante e de cristal como principal gerador de renda para as famílias. Com o declínio da atividade e o rigor da legislação e fiscalização, identificamos através do relato de RC2, que a agricultura era um meio de garantia de alimentos para as famílias e que o garimpo gerava a renda necessária para as demais necessidades. Hoje a situação foi alterada e a agricultura passou a ser um dos únicos meios de geração de renda, além de continuar a suprir as necessidades alimentares das pessoas:

“Aqui o garimpo nosso acabou. Antigamente aqui a gente tinha garimpo, e o garimpo acabou. Por causa de, não sei dizer se foi o IBAMA ou o parque que fez acabar não. Aqui o povo trabalha e vai fazendo suas plantações, as brachiarias, tem gente que planta milho, planta feijão e vai dando um jeito aí.”

O RC1 complementa a fala do RC2, destacando, porém, a dificuldade da comercialização da produção agrícola para outras comunidades: “Uai, eu tenho é criação de boi né? Eu planto é feijão, milho, mas quase não sai pra fora, é só aqui embaixo. Tudo pra subsistência”.

A Figura 6 mostra um “moinho d água” de uso comunitário para a produção do fubá, característica o modo de vida coletivo da comunidade.



Figura 6: Moinho comunitário, movido por água, utilizado pelos moradores para produção de fubá.
Fonte: Acervo do pesquisador.

O modo de produzir da comunidade segue modelos tradicionais de agricultura praticados por aqueles que os antecederam, mas que passaram a ser criminalizados principalmente após a “chegada” do Parque. O RNAC fala sobre as práticas na comunidade e sobre as proibições impostas aos moradores:

E como, por exemplo, nos moldes tradicionais dessa comunidade de fazer agricultura, por exemplo, inclui queimadas, inclui roça de toco, inclui atividades que passaram a ser fiscalizadas com mais rigor pela gestão da unidade já que a comunidade, o território dela, parte dele, está na zona do entorno do Parque. Então há depoimentos desse tipo, da restrição da entrada na área pra apanhar flor ou outros produtos né? E até mesmo pra levar o gado nos campos lá pra pastejar.”

A alimentação e a segurança alimentar no contexto das comunidades quilombolas, segundo os autores Lemes e Dal Bosco (2014), estão relacionadas ao modo de fazer, como reprodução cultural:

“No tocante à alimentação e à segurança alimentar, a identidade está relacionada às formas de fazer, viver e criar no espaço da produção de alimentos, maneiras estas que são fruto da memória cultivada tradicionalmente remetendo-se aos rituais e conhecimentos transmitidos pelos antepassados.”

A fiscalização ostensiva e a imposição de restrições de utilização do território são falas comuns entre os moradores de Quartel, que relatam o período da gestão do PARNA entre 2007 e 2011 como sendo o de maior incidência de conflitos. Um representante (RC2) que trabalhou como brigadista do Parque, relata a fiscalização dos servidores do ICMBio na comunidade, comparando com a atual gestão:

“Fiscalizava. Ô moço, fiscalizava. A primeira mais era mais com Kelly (gestora entre 2007 e 2010) mas esses outros aí é tranquilo. Esses outros aí eles falam mesmo, que pode encontrar a pessoa até com um bicho do mato, tipo assim, mata um bicho pra comer, eles não ligam não.”

O entrevistado RC3 revela uma mudança nos hábitos da comunidade em razão das restrições impostas pelos órgãos ambientais:

“Eu mesmo sou um que... nós não mexíamos com gado aqui na comunidade de Quartel não. Toda vida nós mexíamos pra lá né? Depois que foi que eu consegui adquirir esse terreno aí. Por que se você não tiver espaço você não consegue né? Pra você mexer com gado. Nós levávamos lá, e tem morador daqui da época aqui mês de julho, todo ano pra frente, tiravam o gado pra levar lá pros campos de São Domingo.[...] Mudou por que muito serviço que você estiver fazendo, dependendo se a polícia te achar e quiser identificar você né? E montar um processo.”

No mesmo sentido o entrevistado RC1 complementa ressaltando que as restrições ambientais não se justificam, já que a relação de interdependência e o respeito com a natureza, por si só, seriam elementos balizadores:

“Igual eu falei com o parque. Eu crio vaca mas não sou maltratar as águas ou os matos né? A gente sabe qual que pode mexer, qual que não pode, por que sempre tem um mato de reserva. Aí aonde que tem a água não pode desmatar.”

5.5 Aspectos da Vida na Comunidade

Realizamos um levantamento de dados populacionais em Quartel do Indaiá em novembro de 2014 e observamos que a comunidade é composta por 89 pessoas, que se subdividem em 20 núcleos familiares. A distribuição dos habitantes por sexo tem uma proporção de 57% (51) homens e 33% (38) mulheres. A idade média dos adultos (acima de 18 anos) residentes é de 42 anos, sendo que a média entre as crianças e adolescentes (01 mês a 18 anos) é de 10 anos. A divisão por

idade é de 68 pessoas (76%) com 18 anos ou mais, e 21 pessoas (24%) com idade entre 01 mês e 18 anos.

A comunidade é composta por um total de 28 moradias, sendo que dessas, 20 são ocupadas pelas famílias, 06 estão fechadas (abandonadas ou utilizadas de forma esporádica por pessoas não residentes) e 02 estão em estado de construção.

Esses dados conflitam com a realidade apresentada por Murta (2013), através de dados levantados entre os anos de 2009 a 2011, onde constam que 25 famílias residiam em Quartel do Indaiá, com um total de 126 pessoas.

Essas informações refletem a difícil situação de vida na comunidade, que sofre com a ausência de condições básicas para a sobrevivência, tem sido preponderante para seu esvaziamento.

O entrevistado RC1 reproduz em sua fala as dificuldades enfrentadas no cotidiano na comunidade em relação à saúde:

“Uai, a vida aqui, moço, é difícil né? Nós não temos recurso de nada, posto de saúde, nós precisamos de muito apoio aqui. É difícil, doente não tem como sair pra fazer sessão de terapia, meu sogro mesmo tá completamente aleijado e sem fisioterapia, carro não vem aqui. Aqui pra nós tá difícil. Olha, o posto de saúde de São João só pega remédio se tiver receita médica, a gente tem uma dor de cabeça e não tem direito de pegar uma receita médica. Eu compro na farmácia em Diamantina né? Por que a gente não pode ficar sem remédio.”

Na comunidade não existe posto de saúde, o atendimento aos enfermos é feito em São João da Chapada que fica a 09 km de Quartel com acesso bastante prejudicado. No caso de algum tratamento ou exame, há a necessidade de se deslocar até a sede do município e para tanto é possível utilizar um veículo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde para transportar os pacientes, porém, somente uma vez por semana.

A escola municipal existente na comunidade atende crianças do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. A professora que ministra as aulas é nascida na comunidade e atuava no cargo de Merendeira na própria escola em um período anterior. Os moradores se dizem satisfeitos por terem uma pessoa da própria comunidade

atuando na educação das crianças, porque segundo os mesmos, os costumes e a tradições podem ser repassadas juntamente com os ensinamentos básicos.

A estrutura do prédio da escola encontra-se em condições precárias. Na data da nossa última visita, em novembro de 2014, alguns moradores relataram que a Prefeitura Municipal de Diamantina, através da Secretaria de Obras, teria prometido uma reforma no prédio da escola na semana anterior, mas que até aquele momento ninguém havia aparecido.



Figura 7: Escola Municipal de Quartel do Indaiá. Fonte: Acervo do pesquisador.

A falta de acesso aos meios para o desenvolvimento da produção agropecuária, as restrições ambientais, a proibição do garimpo de diamante e da extração do cristal são os problemas mais relatados pelos moradores em relação à geração de renda e subsistência, o que por vezes é causa da tentativa de melhoria de vida nas cidades³¹:

³¹ A grande maioria dos moradores que saem da comunidade de Quartel do Indaiá para “tentar” a vida em outras cidades, optam por Diamantina e Belo Horizonte.

“Aí a família toda saiu pra fora né? Igual eu estava pedindo ali pro promotor pra ver se arruma serviço. Os meninos estão todos na cidade grande né? A gente não tem o que fazer. Eu pedi ele, falei que eu quero dar um recurso pra ele vir pra cá, junto da gente né?” RC1

“Eu não tinha condição também, e eu estava trabalhando lá nesse terreno que é cheio de mato né? Aí na época ele me pegou lá na carvoeira, me embargou lá. Tanto que foi, tem 2 processos de lá, da segunda vez eu já desobedeci a autoridade né? Eu tornei... ele me parou e eu dei um tempo, depois eu tornei e continuei de novo. Eles tornaram me pegar outra vez.” RC3

“Ela Já teve problema com... ela (moradora da comunidade) é uma pessoa mais velha né? Pode saber falar mais. Mas também já teve uma desavença com ela também, negócio de uma madeira por engano aí de uma pessoa, que ela ia tirar uma madeira pra por no telhado. Às vezes o terreno pode ser meu e seu, mas às vezes nós somos primos, não batemos muito bem, e eu vou e denuncio essa madeira como sua, mas era de outra pessoa. Ela mesmo aconteceu com ela foi isso, ela tirou a madeira, a outra pessoa achou que era de outro, foi e denunciou, e a madeira era dela.” RC2

5.6 Relação Conflituosa com a Comunidade

Um dos pontos mais relevantes da análise das entrevistas ao longo do projeto foi a indicação por todos os sujeitos que participaram sobre a relação conflituosa entre o PARNA Sempre Vivas com as comunidades do entorno, em especial, Quartel do Indaiá.

O entrevistado RNAC rememora em sua fala o primeiro contato que teve com as comunidades do entorno do Parque através de uma reunião realizada em 2009, articulada pela UFVJM, onde também estiveram presentes a EMATER, a Prefeitura Municipal de Diamantina, o IEF, o ICMBio e Ministério Público, para discutir a questão do extrativismo vegetal. Naquele momento de contato entre os moradores e os órgãos públicos, algumas questões que eram desconhecidas para alguns dos presentes, emergiram e acabaram por mudar o foco da reunião:

“E assim, esse evento trouxe à tona muito forte, muito evidente, os conflitos que estavam existindo com a Unidade de Conservação e as comunidades que estão envolvidas na região da criação do Parque. A gente não tinha conhecimento nenhum dessa realidade. E naquele momento ficou bastante claro que não só a unidade tinha situação conflituosa pela forma como ela foi criada com as comunidades, mas a própria postura da gestão do Parque agravava essa situação de conflito.” RNAC

As questões que surgiram inclusive como denúncias de abusos praticados pela administração do Parque à época, tinham conotação de violação de direitos, que o RNAC relatou com espanto:

“As comunidades não tinham informações, muitas delas não tinham ideia nem até aonde vinha o Parque, e as reclamações eram de multas, da postura truculenta, da postura inclusive de mão armada, de abordar as pessoas da comunidade com armas na mão. De chegar nas áreas das comunidades e faz coisas, por exemplo, de queimar rancho, cortar cerca, destruir plantação, sem o aviso prévio inclusive de que ia fazer isso. Então assim, são as agressões, a violência, as multas que foram cometidas pela gestão da unidade é que era as principais reclamações.”

Complementa citando as proibições impostas a partir da implementação do PARNA:

“Então há depoimentos desse tipo, da restrição da entrada na área pra apanhar flor ou outros produtos né? E até mesmo pra levar o gado nos campos lá pra pastejar. Então é a restrição de entrada na área do Parque e a maior fiscalização, e daí é que advém as multas, a maior fiscalização na comunidade por ela estar na zona de entorno do Parque.” RNAC

Como exemplo das restrições impostas pelos órgãos ambientais, RC2 e RC3 exemplificam com casos em que sofreram fiscalização pelos órgãos ambientais quando trabalhavam na lavra do cristal e do garimpo:

“O terreno que nós temos é da minha dona que tem um terreno que uma parte é do pai dela, que fica í atrás desse morro aí. Nós fomos multados, o pai dela foi multado também. Foi multado lá também, mas só que...A gente tava tocando a lavra de cristal lá né? Aí eles pegaram e vieram com a polícia, veio tudo aí e levou nós preso.” RC2

“Como é que eles chegaram... por que eles já vem informados já né? Por que na época eles estavam fiscalizando esses problemas de todo mundo que tivesse mexendo aqui na região. Isso aí. Tanto que eles embargaram gente também mexendo com garimpo aí pra baixo. Não foi aqui dentro não mas foi mais por perto aí né? Aqui pro Inhaí aconteceu isso na mesma data que aconteceu comigo. Aqui em São João da Chapada aconteceu com gente na mesma data que aconteceu comigo. Era tudo durante poucos dias de diferença.” RC3

Em razão dessas reclamações e denúncias, as comunidades, incluindo Quartel, se organizaram na Comissão em Defesa das Comunidades Extrativistas (CODECEX) e procuraram o Ministério Público para buscar soluções para os abusos praticados pela gestão do ICMBio à época (2007/2012). Sobre essa questão, o RMPF menciona que o inquérito civil foi proposto neste período, com intuito de apurar as denúncias recebidas:

“Existe um inquérito civil, instaurado aqui nos anos de 2009 ou 2010, eu não me recordo com exatidão, e foi conduzido por um bom tempo pelo colega que me antecedeu e a partir de meados do ano passado, do último semestre, eu passei a conduzi-lo, e prioritariamente sob o enfoque de conhecer e entender qual era o conflito, tentar viabilizar soluções provisórias para a atenuação dos problemas e assegurar que tanto as comunidades do entorno que se revelem de fato prejudicadas pela unidade de conservação.”

O entrevistado RP, que assumiu a gestão da unidade logo no período subsequente à administração 2007/2010, quando eclodia a situação de conflito nas reuniões, mencionou que a gestão, com a finalidade de retomar o diálogo com as comunidades, reativou em abril de 2012 o Conselho Consultivo criado pela Portaria nº 62/ICMBio de agosto de 2009 que estava desativado, reconduzindo os mesmos conselheiros que em sua quase totalidade assumem cadeiras de representação das comunidades.

O art. 29 da lei do SNUC trata do Conselho Consultivo das UC, dizendo que cada unidade disporá de um conselho presidido pelo órgão gestor, neste caso o ICMBio, composto por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil, proprietários de terras, além das populações tradicionais residentes na área de implantação. Dentre as atribuições do conselho, a mais destacada é deliberação e aprovação do plano de manejo, que regulamenta as atividades e a gestão do PARNA, inclusive com os limites da ZA.

Com relevância, o entrevistado RP cita a formação (recondução) do conselho como um momento de restabelecimento do contato mais próximos com os componentes, mas lamenta a não participação de algumas comunidades, em razão da relação conflituosa:

“Um momento de formação do conselho. E esse momento de formação foi proposto, a gente conseguiu... a equipe conseguiu isso a partir do que as pessoas, do que o conselho achou que era interessante. Então foram dois dias bem interessantes, lá em 2012 ainda. Mas enfim! Isso pra te dar uma dimensão, pelo conselho, desse diálogo. Por quê? Por que o conselho é o espaço sinalizado de participação. Tanto do entorno quanto da sociedade civil, a UFMG está no conselho, a UFVJM, a prefeitura, EMATER, Unimontes. E isso tudo ocorre, obviamente que tem comunidades que nunca participaram, um pouco por conta do próprio conflito. Parece, a gente foi descobrindo. Não tenho certeza disso mas nos parece que alguns não vieram por receio. Outros vieram: "Não, a gente quer falar pra discutir as questões". Mas o conselho é um fórum institucionalizado e a gente precisa trabalhar para qualificá-lo. Tem problemas de funcionamento, a gente fez uma avaliação recentemente, no início do ano, na reunião desse ano, a gente fez uma reunião em que foram colocados os problemas de baixa

participação, sessenta e poucos por cento e tal, a gente está revendo, vai rever por que venceu até o conselho. Então precisamos reconstruir isso, pra ver quem entra ou outras peças."

A partir da reativação do conselho e a emergência das questões conflituosas apresentadas pelas comunidades, o entrevistado fala sobre a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para tentar buscar soluções para essas questões, porém, por ordem direta da diretoria do ICMBio:

"Então o próprio GT, ele é o Grupo de Trabalho criado para a buscar solução para o conflito territorial, ele é criado pelo conselho. Não foi uma idéia nossa, foi uma idéia do presidente, onde ele pediu, não pediu, ele ordenou né? "Olha, vocês criem o grupo de trabalho pelo conselho!" E assim a gente fez.

Então, a partir desse momento, a gestão do PARNA começa a se inteirar da existência de uma situação de conflito e da dificuldade de diálogo com algumas comunidades. Essa questão passa a ser importante para o próprio trabalho da gestão do Parque e o entrevistado cita a construção do Plano de Manejo e a necessidade de expressar isso no próprio plano:

"Nós estamos fazendo um plano de manejo, a gente precisa entender o entorno, o plano de manejo precisa expressar isso e nós precisamos entender o conflito. Precisamos fazer as reuniões. Então juntamos. Já que a gente vai fazer reunião, a comunidade precisa conhecer a gente. A gente precisa conhecer a comunidade. A gente precisa fazer reunião para o plano de manejo, vamos unir essas coisas e fazer tudo junto. Então essa foi a nossa relação, digamos assim, de construção desse diálogo."

O contato com as questões que emergiram como elementos que caracterizaram o conflito mencionado, se deu com as reuniões realizadas no início da gestão em 2012 e deixa claro o desconhecimento da instituição ICMBio, das ocorrências com moradores das comunidades:

"Quando nós começamos as reunião lá em 2012[...]E a gente não sabia como era, por que começou e a gente não sabia o tamanho do conflito. Quando eu cheguei na unidade eu não sabia nem que tinha o conflito lá em 2011. "Ah, tem um conflito assim!". Não, na instituição eu não sabia disso. Estava perdido ainda na instituição. Na medida em que a gente chegou, começou a conversar, as coisas começaram a aparecer e a gente começou a olhar pra isso: "Não, nós temos que tratar disso!", e aí fomos levando e a instituição foi compreendendo como tratar disso, que a gente foi tomando pé. Então nós não sabíamos como as comunidades iam receber. E aí assim, nós fomos muito bem recebidos. Não teve... E até em todas elas que nós fomos inicialmente, a fala foi: "Que bom que vocês vieram!", todas as avaliações foram assim. Também por que você tem que pesar que ali tem o medo também, pelo medo o cara fala que a reunião foi boa, essas coisas. Então tem que fazer essa ponderação. Mas assim, foi uma avaliação boa em qual sentido? De ter ido lá dialogar. De estar conversando. Então querer

o diálogo, nós percebemos "não, a gente quer o diálogo", não teve nenhum processo mais ríspido."

Em certo momento, RP comenta que a própria atuação da coordenação da UC, na tentativa do diálogo com as comunidades, foi questionada pela existência de "um clima político ruim". Apesar de não citar a fonte do questionamento, seu comentário transparece uma situação de intervenção de uma instância superior hierarquicamente:

"Depois nós fomos questionados que a gente não tinha condições de construir o diálogo aqui, por que politicamente estava um clima muito ruim. E aí a gente já tinha ido em algumas comunidades: "Peraí, não é bem assim". E aí: "Não, não estou questionando a qualidade de vocês, mas é por que o clima político é muito pesado!". Aí até o outro colega ali, que estava na reunião que falou: "Mas vem cá...", que foi o que até falou antes ali, "... como é que a gente quebra isso? Não é dialogando? Como é que a gente constrói o diálogo se não é com diálogo? Então se a gente não for lá como é que faz?". Então a gente entra num buraco sem fundo."

RP faz observação sobre uma possível interferência de instituições que se relacionam com a causa das comunidades do entorno do PARNA, dissuadindo os moradores sobre a intenção da aproximação da gestão, criando, assim, uma resistência ao diálogo:

"Instituições que estavam brigando pelo grupo de trabalho passaram mesmo a fazer reuniões com a comunidade, e não sei exatamente como são essas reuniões, por que a gente não participa, mas passaram a criar uma resistência à nossa ação. Aquilo que a gente falou. E aí até... Por que a gente vai aprendendo. Por que a gente passou a falar: "Mas peraí, as pessoas não estão tão bravas com a gente. Existe um conflito mas elas não estão bravas. A gente faz reuniões numa boa!". E aí isso foi começou a ser entendido que a gente estava querendo dizer que não tinha conflito. Não pras comunidades mas para o grupo que a gente passou a dialogar, no grupo de trabalho né?"

Em relação às instituições mencionadas, RP indica as que atuam diretamente na questão do conflito, como a Comissão em Defesa das Comunidades Extrativistas (CODECEX), o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da UFMG e o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) da UFVJM. RP não aprofunda na questão das instituições, mas as que são mencionadas assumem um papel protagonista na relação comunidades e o PARNA, a partir da atuação no levantamento e registro do conflito no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais.

Quando questionado sobre sua análise acerca da existência do conflito e do possível impacto que o PARNA possa ter gerado nas comunidades do entorno, RP

fala sobre o período compreendido entre os anos de 2007 e 2010, quando a UC estava sob outra gestão, onde os moradores apresentaram diversas ocorrências relacionadas à atuação dos servidores, mais especificamente da chefe da unidade, com abuso de poder e truculência nas fiscalizações:

“Um processo de gestão no período de 2007 a início de 2010, que foi truculento, até com ação civil pública no Ministério Público Federal e a gente encaminhou também para abrir processo interno administrativo para averiguar, e tem que tomar cuidado para não incriminar as pessoas né? Os servidores, principalmente a chefe, que o pessoal reclama muito, muitas denúncias são feitas contra ela, de abuso mesmo de autoridade. Então esse período que foi feito só fiscalização e o formato que foi feita a fiscalização segundo as pessoas, com abuso de autoridade, com arma... quer dizer, arma o fiscal tem, mas é como se usa a arma né? Como é que se aponta para as pessoas, apontando para as pessoas sem necessidade. Enfim! Isso e as ações, que o pessoal fala que foram queimados ranchos, mais de um rancho, e tratou as pessoas... isso tudo que as pessoas falam pra mim, as pessoas foram tratadas de forma abusiva mesmo né?”

Esse relato é feito por RP com ar indignação, apesar do cuidado ao tratar do assunto, pelo fato de que as denúncias, mesmo sendo reputadas a outra gestão, afetam diretamente a instituição que ele representa e provavelmente traz muito desconforto aos atuais servidores ao serem vistos e recepcionados com desconfiança nas comunidades.

Em relação à comunidade de Quartel do Indaiá, RP faz referência a uma reunião realizada em 2012, através do GT do conselho do parque, onde o mesmo menciona a pouca participação dos moradores, em torno de sete pessoas, e faz uma importante observação sobre o motivo dessa baixa representação:

“Uma reunião de fato muito pequena, então ela não tem uma reunião de parque representativa, e a gente nem trata disso, se a reunião é representativa da comunidade ou não. A intenção é fazer reunião, ir pegando informação e depois ir aprofundando. Isso já foi um indício muito forte de medo mesmo. E aí a gente tinha a informação de que lá em Quartel também tem divergências internas muito fortes na comunidade. Mas essa reunião que a gente fez com pouca gente foi um indício de que... e a gente sabia que tinha um medo em relação ao parque muito pelo jeito de agir ali na região e das informações, que foi essa gestão 2007-2010, início de 2010.”

O entrevistado RC2 também comenta sobre a reunião realizada na comunidade com pouca participação dos moradores:

“Esses dias o Márcio (gestor) fez uma reunião aqui, mas quase não vem ninguém. Ele até falou, por que Márcio eu conheço, eu já trabalhei lá, no primeiro ano ele não estava não, mas no segundo ano ele tava lá... ele fez a reunião mas veio pouca gente, ele nem fez questão de voltar aqui mais não; pra poder fazer outra reunião mais não.

Sobre a questão da atuação mais truculenta na região de Quartel do Indaiá, o RP entende que o desconhecimento sobre as restrições ambientais e dos próprios direitos, contribuiu para criação de uma “atmosfera” de medo e insegurança entre os moradores, trazendo sequelas profundas desses momentos “terrorismo psicológico” a que foram submetidos:

“Me parece que é muito mais calcada nisso (fiscalização) do que de fato em alguma proibição. Quer dizer, lá também me parece que era isso, de que é proibido fazer certas coisas por que está no entorno. E o que não é verdade. Por exemplo, proibido tirar lenha por que está no entorno. Não lenha de dentro do parque, mas lenha que está no entorno. E fazer isso às vezes é difícil. Como eu te falei lá de Indaiá... de Vargem né? A gente foi lá e conseguimos desfazer. Com duas vezes lá nós conseguimos desfazer. E só com a conversa. Você só consegue desfazer isso com ações práticas. Só com a conversa não consegue fazer. Então Quartel me parece que tem essa questão do medo, tem histórias lá, as pessoas contam histórias pra gente que quando via o carro branco a pessoa estava carregando, podia não ser do ICMBio, a pessoa estava carregando lenha, quando via largava a lenha e corria pro mato. Então você vê o nível de desconstrução que tem que ser feito pra conseguir uma relação legal lá. Por que se a pessoa tem medo de ver um carro branco a ponto de largar e correr o negócio está feio! Está muito complicado. E aí você vê, eles não estavam tirando lenha de dentro do parque, não estavam nada, é uma questão colocada ali para eles.”(Grifo nosso)

O medo do “carro branco” reflete a forma de atuação do Estado através dos órgãos de gestão e de fiscalização. A “desconstrução” que é tratada na fala do entrevistado, remete-se a um processo de conquista de confiança pela administração do parque e até mesmo pelo Estado, dos moradores que sofreram uma brusca intervenção no seu território, na sua cultura e no seu modo de vida. RP demonstra uma preocupação com a aceitação do PARNA nas comunidades, com a participação dos moradores nas reuniões, e inclusive, se aqueles que “aceitam”, se não o fazem simplesmente por medo. Ainda no contexto desta fala sobre o medo, faz uma colocação sobre a proposta de recategorização do PARNA, como UC de proteção integral, para uma Reserva Extrativista (Resex), conforme indicam as instituições que apoiam as comunidades do entorno:

“Por que às vezes a proposta de recategorização, ou de revisão de limites não é solução para o problema que está lá. Você rever o limite em Quartel não vai resolver, ou criar uma reserva extrativista num pedaço do parque seja para Quartel. Vamos supor que Quartel venha a usar, eu não sei se usa ou se tem uma necessidade de uso por parte do parque[...] não vai resolver esse medo de tirar a lenha. Então você tem um esforço enorme pra solucionar um problema e não soluciona. Ao largo, longe inclusive de entender o problema e de solucionar o problema. O mote é outro, é o parque. Não estou dizendo que o parque... mas é o parque. É a mudança

da linha do parque? Talvez seja. Mas nesse caso específico de o camarada ter medo, de largar a lenha e de fugir e de dizer que não pode fazer a roça lá por causa de que está no entorno do parque não tem nada a ver com a unidade de proteção integral ou não. Então você pode mudar aquela linha mais pra longe ou mudar a categoria do parque, que este problema aqui continua. Ele continua. A menos que se acabe o parque. Aí você fala assim: "Ah, agora não é mais parque, eu posso tirar lenha".

5.7 Propostas para Interlocução

A recategorização do PARNA Sempre Vivas, passando de unidade de proteção integral para uso sustentável é a principal proposta colocada à mesa pela CODECEX como alternativa de solução dos conflitos e compatibilização da unidade de conservação com a manutenção da comunidade. Tal fato é confirmado na fala do RNAC

"Agora, o que a CODECEX tem reivindicado nos últimos 6 meses é que realmente haja uma recategorização da unidade, que hoje é de proteção integral pra uma unidade uso sustentável. Então, quer dizer, a partir do momento que a CODECEX tem uma ação mais "reivindicativa", num primeiro momento foi uma ação mais denunciatória, da denúncia né? Denunciar e tal e tal e tal. Depois ela passa a ter uma ação mais reivindicatória, reivindicatória no sentido de que os direitos das comunidades sejam levados em consideração nesse processo todo."

Com a intervenção do Ministério Público na relação do parque com as comunidades, a reivindicação foi repassada ao Procurador que assumiu o caso na época e, nas palavras do RMPF, considerada hoje como uma possibilidade:

"tentar viabilizar soluções provisórias para a atenuação dos problemas e assegurar que tanto as comunidades do entorno que se revelem de fato prejudicadas como a unidade de conservação possam prosseguir de forma compatibilizada até o momento que haja ou não uma deliberação de ordem eminentemente política, de outra instância, aqui no caso o poder executivo né? Via aprovação de um eventual projeto de lei que modifique a Unidade de Conservação ou até mesmo os limites para outra categoria."

Aos olhos do entrevistado RP, porém, a proposta apresentada pela CODECEX como alternativa para solução dos "prejuízos" trazidos pela "chegada" do PARNA não deve ser a única, entendendo que a unidade de proteção integral pode oferecer possibilidades de se buscar benefícios para as comunidades afetadas, amenizando os impactos decorrentes da presença do PARNA, através de, por exemplo, políticas públicas para melhoria da qualidade de vida dos moradores. Diz

sentir “uma tristeza” por não conseguir esclarecer essas questões para as pessoas de forma tranquila e expõe sobre situações geradas pela UC de proteção integral em relação às restrições impostas pela legislação ambiental de forma amenizada:

“Não tem restrição. Não tem. Não há restrição por estar no entorno. Esse é o problema. Isso que eu queria te falar lá na frente, que serve pra Quartel e serve pra todo o entorno. Hoje o quê que o entorno significa? Que toda a atividade que é licenciável, ou seja, que precisa de licenciamento, pela SUPRAM, tem que passar pela anuência do Parque, dentro dos três quilômetros. Então o cara vai desmatar, pra ele desmatar precisa de uma licença da SUPRAM, a SUPRAM obrigatoriamente tem que mandar pra gente. É estritamente isso. Agora não limita a atividade de hobby, ainda mais pensando em uma comunidade que se reconheceu como comunidade quilombola.”

No que se refere à situação específica de Quartel do Indaiá em sua condição de comunidade que se reconhece como remanescente de quilombo, RP cita que tal condição confere-lhes direitos especiais, e que por esse motivo, as restrições devem ser revistas, apesar de concluir que o equívoco de se restringir atividades nas áreas do entorno, não é essencialmente em razão desse “privilégio”:

“Aí assim, principalmente uma comunidade que se reconhece como quilombola, até isso muda de figura se for o caso. Tem alguns direitos que a própria lei da mata atlântica garante, apesar de não ser mata atlântica, mas está na lei da mata atlântica. Então a restrição nesse sentido da... por exemplo, tirar da atividade diária na comunidade, de fazer a rota. De ter o boi ali nesse espaço, não interfere. Ela foi feita lá atrás de uma forma errada, equivocada. Nessa coisa da lenha, não sei o quê, está errado do ponto de vista legal mesmo. Ele não está certo do ponto de vista legal. Ele está equivocado. Então não é por que a gente é bonzinho, a gente quer criar uma boa imagem do parque. Claro que a gente quer criar uma boa imagem do parque! Isso não é feio. Tem quer ter né? Mas não é isso. É por que está errado! Legalmente está errado! Não é também por que é uma comunidade quilombola”.

Como conclusão de sua entrevista, RP faz uma reflexão sobre a falta de informação mais aprofundada sobre os problemas nas comunidades que se relacionam com o PARNA e demonstra um sentimento de tristeza pelas experiências durante o contato com os moradores, em razão do legado negativo:

“E eu assim, sinto mesmo de não ter uma informação mais qualificada um pouquinho pra te falar de Quartel e dos problemas. Mas o que eu vejo, o que eu percebi até então, ela está calcada muito no medo. E que talvez seja até mais difícil de resolver do que a questão do território em si. Leva mais tempo, ou não também. Mas enfim. Por que é algo que não é palpável. Não está... você não enxerga. E as pessoas tem medo. É triste. Teve um lugar que a gente foi que um senhor pegou na minha mão tremendo. Por causa do histórico. O medo. Então era a construção da proteção pelo medo e não pelo diálogo, e não pelo benefício. “Ah, mas todo mundo vai ser

beneficiado?" Não, claro que não. Claro que não. Tem gente que perde sim. Às vezes a própria comunidade."

Apesar dos pontos de conflito, o consenso entre os entrevistados RP, RNAC e RMPF, é de que o momento atual reflete o avanço nos diálogos do PARNA (ICMBio) com as comunidades:

"A gente percebe que existem resistências em termos das proposições da CODECEX, mas pelo menos hoje está estabelecido a possibilidade do diálogo com essa equipe que está aí. Quer dizer, pode haver resistência por parte da equipe nas reivindicações da CODECEX? Sim, a gente percebe que existe. Mas pelo menos está se sentando à mesa, está se dialogando, está se buscando soluções. Então é um momento mais interessante que está se vivendo agora. Ter esse grupo de trabalho, ter esse diálogo e da busca de soluções. Então de tudo o que a gente presenciou até hoje em relação a esse Parque esse é o momento mais interessante, que pelo menos está se buscando soluções. Então isso realmente é muito bom."

RNAC

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, o procedimento de criação do PARNA Sempre Vivas se mostrou como principal problema e possível gerador do conflito identificado. A não realização da consulta pública prevista em lei para a criação dos Parques Nacionais, o aumento da área da UC também sem a oitiva dos diretamente afetados e a posterior implementação forçada trouxe para a administração do Parque Nacional das Sempre Vivas diversos prejuízos no campo da relação de aceitação e convivência com a comunidade, e para os moradores, um cenário de opressão e desrespeito à sua existência como parte daquele ecossistema.

O território da comunidade quilombola é o meio para sua subsistência e reprodução cultural e a falta de políticas públicas e programas governamentais que possam dar condições de melhoria para os moradores, provocam não apenas o esvaziamento da comunidade, principalmente pelos jovens, mas também o comprometimento de sua reprodução e segurança alimentar e nutricional. Assim, restrições impostas à comunidade ao longo do tempo fazem com que a sociedade padeça em seu território no desenvolvimento de suas atividades tradicionais.

As propostas para a solução do conflito apresentadas pelos representantes dos órgãos públicos, mais especificamente para a situação de abandono retratada nas falas dos representantes da comunidade Quartel, passam pela necessidade de atuação mais proativa dos responsáveis pela tutela dessas populações (Fundação Cultural Palmares, INCRA e Ministério Público Federal) contempladas na Constituição Federal de forma diferenciada. Para Quartel do Indaiá como comunidade quilombola, a proteção de seu território perpassa as questões de proteção ambiental evidenciadas na Unidade de Conservação, como já pacífico na literatura e na legislação afeta ao tema, devendo ser considerada prioritária quando se trata da discussão da sobreposição de seu território.

O caminho mais viável para a proteção da comunidade seria a titulação da propriedade através do INCRA. Porém, é sabido que o procedimento de titulação é moroso, tanto que após a certificação concedida à comunidade como remanescente

de quilombo em 2011, a próxima etapa seria o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI), de responsabilidade do mencionado instituto e que, no entanto, não foi realizado até a data da conclusão do presente estudo.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. A. **Relatório técnico científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Cangume município de Itaóca-SP**. São Paulo: 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 06 de agosto de 2014.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola, 2005**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/seppir/quilombolas/programas/brasilquilombolas/programas/brasilquilombola.2004> pdf. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2007

_____. Congresso Nacional. Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e da outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de dezembro. 2014.

_____. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. **Decreta o Código Florestal**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2014.

_____. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. **Decreta o Código de Águas**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2014.

_____. Decreto de 13 de novembro de 2002. **Cria o Parque Nacional das Sempre-Vivas, nos Municípios de Olhos d'Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.**

_____. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

_____. Lei nº 11516, de 28 de agosto de 2007. **Dispões sobre a criação do Instituto Chico Mendes Conservação da Biodiversidade.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2007.

_____. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. **Dispões sobre a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2000.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Território Quilombola. Relatório 2012. Brasília: MDA/INCRA, 2012.

_____. Instrução Normativa INCRA No. 57, de 20 de outubro de 2009. **“Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003”.** Brasília: MDA/INCRA, 2011.

_____. Tribunal Regional Federal 1ª região. Seção Judiciária do Distrito Federal. Processo Nº 0019080-18.2010.4.01.3400 - 3ª VARA FEDERAL Disponível em: http://www.prdf.mpf.mp.br/imprensa/arquivos_noticias/sentenca.uc.zona.amortecimento.pdf. Acesso em: Out. 2014.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento.** 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** -- Brasília, DF: CAISAN, 2011.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. CEDEFES. **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI: História e resistência.** Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (CONSEA). **A Segurança Alimentar e Nutricional e o direito à alimentação adequada no Brasil: Indicadores e monitoramento, da constituição de 1998 aos dias atuais.** Brasília, 2010.

Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais. Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. – Brasília: OIT, 2011

CUNHA, D.F.S. **Remanescentes de quilombos em unidades de conservação: ontologia de conflitos e o papel do Ministério Público** Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União Brasília : ESMPU, ano 9, n. 32/33, jan./dez., 2010.

DE ALMEIDA, A.W.B.; PEREIRA, D. D. B., **Seminário Internacional as Minorias e o Direito:** CJP, 2003. 272 p. (Série Cadernos do CEJ; v. 24). Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo09.pdf>. Acesso em: 22 Abril 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada** / Antonio Carlos Santana Diegues. — 3.a ed. — São Paulo :Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

FARENA, D.M. **Aspectos polêmicos acerca da criação e implantação de unidades de conservação.**Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da UniãoBrasília : ESMPU, ano 6, n. 24/25, jul./dez., 2007.

FERREIRA, Cristina dos Santos. **Trocar saberes e repensar a escola nas comunidades negras do Ausente, Baú e Quartel do Indaiá.** In: BRAGA et. al. (org.) Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília:Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização eDiversidade. 2005.

LEMES, João Vitor Martins e DAL BOSCO, Maria Goretti. **Direito Humano à Alimentação Adequada E ComunidadesQuilombolas: Reflexões Sobre As Políticas Públicas De Segurança Alimentar A Partir Das Categorias Reconhecimento E Redistribuição.**In: Terezinha de Oliveira Domingos (org.). Direitos Sociais e Políticas Públicas I – Florianópolis :CONPEDI, 2014.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

MONTEIRO, F. T. **Os(as) Apanhadores(as) de Flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais**. 2011. 241p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MURTA, Nadjá Maria Gomes. **O acaso dos casos: estudos sobre alimentação, cultura e história**. Tese de doutorado em Ciências Sociais (Antropologia), apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2013.

NASCIMENTO, Lúcia Valéria do. **A África do Serro-frio, Vissungos: uma prática social em extinção**. 2003. 129 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

O'DWYER, E. C. (Org). **Quilombos, identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ABA. 2002.

PLATIAU, Ana Flávia Barros et al. Uma crise anunciada. In: Suzi Huff Teodoro (org.) **Mediação de conflitos ambientais** - Rio de Janeiro: Garamond, 2005. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais/ 6**. Câmara de Coordenação e Revisão; coordenação Maria Luiza Grabner – Brasília: MPF, 2014.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 428, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010. Brasília: Diário Oficial da União (DOU); 20 de Dezembro de 2010 [acesso em 04/04/2011]. Disponível em: <http://www.in.gov.br>

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil e ISA – Instituto Socioambiental: São Paulo, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

TERRA Deu Terra Come. Produção: Rodrigo Siqueira e Tayla Tzirulnk. São Paulo: VideoFilmes, 2010. 1 DVD.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Movimento dos atingidos pelo Parque Nacional das Sempre Vivas.** Ficha Técnica. Disponível em: www.Conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/info.php?id=259. Acesso em: fev. 2014.